



Ermínia Maricato é professora titular da USP (1974-2010). Defensora do Projeto de Iniciativa Popular da Reforma Urbana na Assembléia Nacional Constituinte (1987). Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992). Coordenadora do Curso de Pós Graduação da FAU-USP (1998-2002). Secretária Executiva do Ministério das Cidades cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação (2003-2005). Membro do Conselho de Pesquisa da USP (2007-2009). Professora visitante da Witwatersrand University of Johannesburg/ África e da British Columbia University/Canadá. Membro de vários Conselhos Editoriais e Coordenadora do Projeto BrCidades.

A série **"Primeiras Aulas"**, cujo sentido inicial visava comemorar os 40 anos da Unesp, objetivou reavivar a "aula" - uma antiga prática acadêmica, como "atividade cívica", diante do "novo papel" que a universidade pública deveria assumir, em especial no tocante à questão pedagógica e às tecnologias que influenciam os novos modos de aprender, comunicar, pensar e também de se relacionar com a sociedade, frente à crescente propagação do chamado "analfabetismo funcional". Para tal, foram convidados grandes mestres que enriqueceram, e continuam enriquecendo direta ou indiretamente, a construção de um itinerário de pesquisa no âmbito da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, Unesp - Bauru.

Adalberto da Silva Retto Jr.
Coordenador geral da Série



PRIMEIRAS AULAS
ERMÍNIA MARICATO

ERMÍNIA
MARICATO
PARA ENTENDER
A CRISE URBANA
NO PROJETO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA

COLEÇÃO
**PRIMEIRAS
AULAS**

Planejamento Urbano e Regional
Prof. Flávio Vilaça

História do Urbano: Temporalidades,
Escalas e Pontos de Vistas Con-
trastantes
Prof. Maria Stella Bresciani

História Urbana: Repensar Histórias
Cruzadas - Experiências de Pesquisa
em Arquitetura e Urbanismo
Prof. Heliana Angotti-Salgueiro

História da Arquitetura: Século XX -
Três Cortes: Procedimentos/Cadeia
Produtiva/Significado
Prof. Saphia Telles

Para entender a Crise Urbana no Proje-
to da Cidade Contemporânea
Prof. Ermínia Maricato

'Guerra dos Lugares' e o Projeto da
Cidade Contemporânea
Prof. Raquel Rolnik

O papel do patrimônio arquitetônico no
projeto da cidade contemporânea
Prof. Beatriz Kuhl

História do Urbanismo: Teorias e
Histórias
Prof. Carlos Roberto M. de Andrade

A Formulação das Políticas Públicas
no Projeto da Cidade Contemporânea
Prof. Fernando de Mello Franco

Pensamento Crítico na Arquitetura e
Urbanismo - I
Prof. Luiz Recaman

Pensamento Crítico na Arquitetura e
Urbanismo - II
Prof. Leandro Medrano

A Questão Habitacional no Projeto
da Cidade Contemporânea: Revisão
Histórica e Desafios Contemporânea
Prof. Nabil Bonduki



COLEÇÃO
**PRIMEIRAS
AULAS**

ERMÍNIA
MARICATO

PARA ENTENDER
A CRISE URBANA
NO PROJETO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA

Bauru - SP
2019

R439p

Retto Júnior, Adalberto da Silva; Maricato, Erminia.

Para entender a crise urbana no projeto da cidade contemporânea [recurso eletrônico] / Coordenador Adalberto da Silva Retto Júnior. 1 ed. – Bauru: ANAP, 2019.

107 p; il.

Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN 978-85-68242-93-3

1. Cidade 2. Projeto 3. Crise Urbana
I. Título.

CDD: 710
CDU: 710/49

Índice para catálogo sistemático
Brasil: Planejamento Urbano

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adeir Archanjo da Mota - UFGD
Profª. Drª. Alba Regina Azevedo Arana - UNOESTE
Prof. Dr. Alexandre Carneiro da Silva
Prof. Dr. Alexandre França Tetto - UFPR
Prof. Dr. Alexandre Sylvio Vieira da Costa - UFVJM
Prof. Dr. Alfredo Zenen Dominguez González - UNEMAT
Profª. Drª. Alina Gonçalves Santiago - UFSC
Profª. Drª. Aline Werneck Barbosa de Carvalho - UFV
Prof. Dr. Alyson Bueno Francisco - CEETEPS
Profª. Drª. Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão - UFPA
Profª. Drª. Ana Lúcia de Jesus Almeida - UNESP
Profª. Drª. Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa - IFAC
Profª. Drª. Ana Paula Branco do Nascimento – UNINOVE
Profª. Drª. Ana Paula Fracalanza – USP
Profª. Drª. Ana Paula Novais Pires
Profª. Drª. Ana Paula Santos de Melo Fiori - IFAL
Prof. Dr. André de Souza Silva - UNISINOS
Profª. Drª. Andrea Aparecida Zacharias – UNESP
Profª. Drª. Andrea Holz Pfitzenreuter - UFSC
Prof. Dr. Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira - UFAM
Prof. Dr. Antonio Marcos dos Santos - UPE
Profª. Drª. Arlete Maria Francisco - FCT/UNP
Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares - UFU
Profª. Drª. Carla Rodrigues Santos - Faculdade FASIQUE
Prof. Dr. Carlos Andrés Hernández Arriagada
Profª. Drª. Carmem Sílvia Maluf - Uniube
Profª. Drª. Célia Regina Moretti Meirelles - UPM
Prof. Dr. Cesar Fabiano Fioriti - FCT/UNESP
Prof. Dr. Cledimar Rogério Lourenzi - UFSC
Profª. Drª. Cristiane Miranda Martins - IFTO
Profª. Drª. Daniela de Souza Onça - FAED/UESC
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva - UNESP
Profª. Drª. Denise Antonucci - UPM
Profª. Drª. Diana da Cruz Fagundes Bueno - UNITAU
Prof. Dr. Edson Leite Ribeiro - Unieuro - Brasília / Ministério das Cidades
Prof. Dr. Eduardo Salinas Chávez - Universidade de La Habana, PPGG, UFGD-MS
Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti - UFGD
Profª. Drª. Eliana Corrêa Aguirre de Mattos - UNICAMP
Profª. Drª. Eloisa Carvalho de Araujo - UFF
Profª. Drª. Eneida de Almeida - USJT
Prof. Dr. Erich Kellner - UFSCar
Prof. Dr. Eros Salinas Chávez - UFGD/Aquidauana Post doctorado
Profª. Drª. Fátima Aparecida da Silva Iocca - UNEMAT
Prof. Dr. Felipe Pessoa de Melo - Centro Universitário AGES
Prof. Dr. Fernanda Silva Graciani - UFGD
Prof. Dr. Fernando Sérgio Okimoto - UNESP
Profª. Drª. Flávia Akemi Ikuta - UMS

Profª. Drª. Flávia Maria de Moura Santos - UFMT
Profª. Drª. Flávia Rebelo Mochel - UFMA
Prof. Dr. Flavio Rodrigues do Nascimento - UFC
Prof. Dr. Francisco Marques Cardozo Júnior - UESPI
Prof. Dr. Frederico Braidá Rodrigues de Paula - UFJF
Prof. Dr. Frederico Canuto - UFMG
Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai - UFSCar
Prof. Dr. Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira - UEMS
Profa. Dra. Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues - UFU
Prof. Dr. Generoso De Angelis Neto - UEM
Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo - UFMAS
Profª. Drª. Gianna Melo Barbirato - UFAL
Prof. Dr. Glauco de Paula Cocozza - UFU
Profª. Drª. sabel Crisitina Moroz Caccia Gouveia - FCT/UNESP
Profª. Drª. Jakeline Aparecida Semechechem - UENP
Prof. Dr. João Cândido André da Silva Neto - UEA
Prof. Dr. João Carlos Nucci - UFPR
Prof. Dr. João Paulo Peres Bezerra - UFFS
Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria - FAAC/UNESP
Prof. Dr. José Aparecido dos Santos - FAI
Prof. Dr. José Manuel Mateo Rodriguez – Universidade de Havana – Cuba
Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto – UFPA
Prof. Dr. José Seguinot - Universidad de Puerto Rico
Prof. Dr. Josep Muntañola Thornberg - UPC -Barcelona, Espanha
Prof. Dr. Josinês Barbosa Rabelo - UFPE
Profª. Drª. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia - UFPA
Profª. Drª. Juliana Heloisa Pinê Américo-Pinheiro - FEA
Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia - UFPR
Profª. Drª. Karin Schwabe Meneguetti - UEM
Prof. Dr. Leandro Gaffo - UFSB
Profª. Drª. Leda Correia Pedro Miyazaki - UFU
Profª. Drª. Leonice Seolin Dias - ANAP
Profª. Drª. Lidia Maria de Almeida Plicas - IBILCE/UNESP
Profª. Drª. Lisiane Ilha Librelotto - UFS
Profª. Drª. Luciana Ferreira Leal - FACCAT
Profª. Drª. Luciana Márcia Gonçalves - UFSCar
Prof. Dr. Marcelo Campos - FCE/UNESP
Prof. Dr. Marcelo Real Prado - UTFPR
Profª. Drª. Marcia Eliane Silva Carvalho - UFS
Profª. Drª. Márcia Eliane Silva Carvalho - UFS
Prof. Dr. Márcio Rogério Pontes - EQUOIA Engenharia Ambiental LTDA
Profª. Drª. Margareth de Castro Afeche Pimenta - UFSC
Profª. Drª. Maria Ângela Dias - UFRJ
Profª. Drª. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci - IAU
Profª. Drª. Maria Augusta Justi Pisani - UPM
Profª. Drª. Maria Gloria Fabregat Rodríguez - UNESP
Profª. Drª. Maria Helena Pereira Mirante – UNOESTE
Profª. Drª. Maria José Neto - UFMS
Profª. Drª. Maristela Gonçalves Giassi - UNESC

Profª. Drª. Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira - UFMT
Profª. Drª. Martha Priscila Bezerra Pereira - UFCG
Prof. Dr. Mauricio Lamas Ferreira - UNINOVE
Prof. Dr. Miguel Ernesto González Castañeda - Universidad de Guadalajara - México
Profª. Drª. Natacha Cintia Regina Aleixo - UEA
Profª. Drª. Natália Cristina Alves
Prof. Dr. Natalino Perovano Filho - UESB
Prof. Dr. Nilton Ricoy Torres - FAU/USP
Profª. Drª. Olivia de Campos Maia Pereira - EESC - USP
Profª. Drª. Onilda Gomes Bezerra - UFPE
Prof. Dr. Oscar Buitrago - Universidad Del Valle - Cali, Colombia
Prof. Dr. Paulo Alves de Melo – UFPA
Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva – DAEE - SP
Prof. Dr. Paulo Cesar Rocha - FCT/UNESP
Prof. Dr. Paulo Cesar Vieira Archanjo
Profª. Drª. Priscila Vargas da Silva - UFMS
Profª. Drª. Regina Célia de Castro Ferreira - UEMA
Prof. Dr. Renan Antônio da Silva - UNESP - IBRC
Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino - UNICAMP
Prof. Dr. Ricardo Toshio Fujihara - UFSCar
Profª. Drª. Risete Maria Queiroz Leao Braga - UFPA
Prof. Dr. Rodrigo Barchi - UNISO
Prof. Dr. Rodrigo Cezar Criado - TOLEDO Prudente Centro Universitário
Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves dos Santos - UFGS
Prof. Dr. Rodrigo José Pisani - UNIFAL-MG
Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho - UFGD
Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues Araujo - UFMA
Profª. Drª. Roselene Maria Schneider - UFMT
Prof. Dr. Salvador Carpi Junior - UNICAMP
Profª. Drª. Sandra Mara Alves da Silva Neves - UNEMAT
Prof. Dr. Sérgio Augusto Mello da Silva - FEIS/UNESP
Prof. Dr. Sergio Luis de Carvalho - FEIS/UNES
Profª. Drª. Silvia Carla da Silva André - UFSCar
Profª. Drª. Sílvia Mikami G. Pina - Unicamp
Profª. Drª. Simone Valaski - UFPR
Profª. Drª. Sueli Angelo Furlan - USP
Profª. Drª. Tânia Paula da Silva - UNEMAT
Profª. Drª. Vera Lucia Freitas Marinho – UIEMS
Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira - FURG
Prof. Dr. Vitor Corrêa de Mattos Barretto - FCAE/UNESP
Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior - UFCG
Profª. Drª. Yanayne Benetti Barbosa

Parceria

GRUPO SITU/DAUP/FAAC/ TV Unesp

Coordenação da sérieProf. Adalberto da Silva Retto Jr
Unesp - Bauru**Equipe Organizadora**Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Jr
Unesp - BauruProf. Dr. Luiz Claudio Bitencourt
Unesp – Bauru e EduvaleProfa. Dra. Lillian Nakashima
USC**Comissão Científica**Adalberto da Silva RETTO JR
DAUP - Unesp, BauruProf. Dr. Luiz Cláudio BITENCOURT
DAUP - Unesp, BauruProf. Dr. Marcelo Carbone CARNEIRO
CHU - Unesp, BauruProf. Dr. Guido ZUCCONI
IUAV di VeneziaProf. Dr. Marco DE MICHELIS
IUAV di Venezia**Projeto Gráfico**

Érica P. das Neves

Equipe da TV Unesp**Produção**Licinia Iossi
Mayra Ferreira**Imagens**Alexsandro Belote
Antônio Garcia
Eduardo Marques
Vanderlei D'lucca**Iluminação**André Bazan
José Siqueira**Edição**Cláudia Paixão
Leandro Fontes
Licinia Iossi
Mayra Ferreira
Mônica Ishikawa
Renan Maia Bolaño
Octávio Nascimento Neto**Videografismo**

Vinicius Tavares

Equipe de apoio do Grupo S.I.T.U.

Arqta. Fabiana Eid Crespilho

Thiago Tomassine
Arquitetura e Urbanismo USCMatheus Drummond Weffort
Arquitetura e Urbanismo Unesp - Bauru

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA NATUREZA DA ALTA PAULISTA

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO 33

AULA 37

DEBATE 69

SÍNTESE
BIBLIOGRÁFICA 102

Ao prof. Dr. Marcelo Carbone Carneiro, Diretor da FAAC, pois ao dar suporte à realização do projeto Primeiras Aulas, ele permitiu a exploração de interações na FAAC, a vocação extensionista da Unesp e a integração com as práticas pedagógicas e de pesquisa, à luz das novas formas de comunicação digital e socialização.



APRESENTAÇÃO

Primeiras Aulas: entre prática cívica e escolhas ética, estética e política

A série “Primeiras Aulas”, cujo sentido inicial visava comemorar os 40 anos da Unesp, objetivou reavivar a “aula” - uma antiga prática acadêmica-, como “atividade cívica”, diante do “novo papel” que a universidade pública deveria assumir, em especial no tocante à questão pedagógica e às tecnologias que influenciam os novos modos de aprender, comunicar, pensar e também de se relacionar com a sociedade, frente à crescente propagação do chamado “analfabetismo funcional”. Para tal, foram convidados grandes mestres que enriqueceram, e continuam enriquecendo direta ou indiretamente, a construção de um itinerário de pesquisa no âmbito da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, Unesp – Bauru.

A escolha do título da série é uma homenagem póstuma ao professor italiano Bernardo Secchi e deriva do livro “*Prima Lezione di Urbanistica*”¹, traduzido para o português, após sua vinda ao Brasil como consultor durante a elaboração do Plano Diretor

¹ SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo, Perspectiva, 2007, p. 11

Participativo do Município de Agudos². O convite para resenhar o livro de Bernardo Secchi e a atitude crítica com relação à escolha da palavra “lição”, por parte do autor e dos tradutores, para compor o título do livro levaram-me a montar um quadro analítico no intuito de, por um lado, embasar a reflexão sobre a importância de uma “prima lezione” que poderia minimizar o chamado “analfabetismo urbanístico”, termo apropriadamente cunhado pela profa. Ermínia Maricato e constatado na prática durante a elaboração e as revisões de planos diretores de cidades de pequeno e médio porte do Centro-Oeste Paulista e, por outro, refletir sobre a atuação profissional do arquiteto e urbanista, além do papel político da profissão.

Sobre o papel político de nossa profissão, o próprio homenageado nos propõe explorá-lo no prefácio do livro “*Matières de Ville: Projet Urbain et Enseignement*”, a partir de três palavras cuja história está ligada à República Francesa: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”³.

“O que quer dizer “Liberdade”?

Significa que a sociedade contemporânea, com suas diferenças nacionais, étnicas e culturais – que continuamos enfatizando, senão exagerando – nos oferece a possibilidade de escolher trajetórias e estilos de vida diversos. Desde Roland Barthes e Henri Le-

febvre, as pesquisas nos mostraram como a liberdade, tanto individual quanto coletiva, embora dependa de outros fatores é estritamente ligada ao ambiente em que vivemos, ao ambiente construído, ou seja, ao ambiente urbano.

O tema da disponibilização de estilos de vida distintos incita a refletir sobre as velhas categorias de tipologia e morfologia. Trata-se de ver como diferentes tipos de espaços habitáveis podem ser compostos em função de aspectos morfológicos totalmente distintos daqueles aos quais costumávamos pensar numa época em que não tínhamos a sorte que representam a liberdade, a individualidade e a gestão do próprio cotidiano para o indivíduo de hoje. Esse ponto, precisamente, tornou-se um importante tema de projeto, a ser desenvolvido seja por exercícios nas escolas de arquitetura, seja na vida profissional. Se, a partir dessa perspectiva, olharmos as enormes cidades difusas de Flandres ou da região do Vêneto, imensas extensões urbanas espalhadas que misturam velhos centros históricos, periferias e vastas áreas residenciais, somos levados a formular opiniões distintas daquelas comumente defendidas.

O que significa “Igualdade”?

Recorrentemente, essa noção gera problema: como conceber uma cidade que seja a representação de sociabilidades distintas? Como criar uma cidade em que não haja nenhuma segregação entre os diversos grupos sociais? Uma cidade na qual se possa viver sem a marca do seu status social?

Essa questão é muito mais complexa que a exploração da liberdade, pois aqui se aborda o tema da mescla. Como acomodar juntos jovens e pessoas mais velhas? Como organizar a coabitação de costumes, origens étnicas ou

2 O Plano Diretor Participativo de Agudos PDPA, (2004-2006), denominado Laboratório Agudos, foi desenvolvido pela equipe do grupo SITU (Grupo em Pesquisas Integradas Territoriais e Urbanas) e *Dottorato di Urbanistica* do IUAV de Veneza, a partir de dois workshops durante a elaboração do plano.

3 SECCHI, B. “La Recherche et le Projet Urbain” In.: TSIOMIS, Y.(org.) “*Matières de Ville: Projet Urbain et Enseignement*” (Éditions de la Villette/ Cité de l’architecture et du patrimoine, Paris, 2008).

estilos de vida diferentes? E ainda, como misturar as diversas atividades?

Quando se explora esse tema em profundidade, surge a percepção de que será preciso inventar exercícios pouco habituais, principalmente se se considera o fato de a sociedade não ser estática. O que é compatível hoje, talvez não o seja amanhã. A sociedade evolui depressa em um ambiente construído que, ao contrário daquela, é dotado de tremenda inércia.

Tal dualidade, inércia/rapidez (e seus comportamentos múltiplos) constitui o nosso tema. Não se trata de um tema novo, mas de uma nova declinação deste último, dentro da tradição do urbanismo europeu que busca obter, por meio da urbanização, uma melhor repartição do bem-estar entre os grupos sociais. O contrário pode ser verificado, por exemplo, no urbanismo dos Estados-Unidos.

Quanto ao termo “Fraternidade” traz, ao mesmo tempo, um projeto mais fácil e mais complicado. Trata-se mais uma vez de reencontrar o gosto pelo compartilhamento dos espaços. Não se pode mais aceitar e se satisfazer com as categorias público/privado. Tal distinção vale ainda na área da gestão, mas não mais no âmbito da concepção. É preciso pensar no compartilhamento dos espaços, começando pela parte interna da própria casa; é preciso refletir novamente sobre as “idiormias” dos sujeitos, individuais e coletivos, em suas práticas cotidianas; é preciso renovar a reflexão sobre a dimensão corporal da cidade. Quando, no doutorado, foi dado como objeto de pesquisa o tema “Como viver juntos”, um questionamento oriundo de Roland Barthes, descobriu-se um universo inesperado através de estudos, pesquisas e exercícios de projeto.

E complementa:

Embora um tanto envelhecidas em apa-

rência, as palavras “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” são, na realidade, a fronteira que a sociedade de hoje nos propõe. Cabe-nos explorá-la com a necessária capacidade de invenção e imaginação, sem esquecer, contudo, que a atividade de projeto não se coloca inicialmente como ação política ou na sua condição institucional, mas com um sentido crítico, ou seja, de “ação na tensão”.⁴

O alargamento epistemológico, teórico e conceitual do horizonte reflexivo permitiu descortinar diversos contextos em que uma “primeira aula”, de forma geral, se colocava como evento para além de um plano de ensino. Nas universidades dos países de língua portuguesa utiliza-se aula magna com o mesmo caráter celebrativo das *Leçons do Collège de France*, ou ainda, *Lectio Magistralis*, no contexto universitário italiano, e MasterClass na língua inglesa. Porém, a *Prima Lezione di Urbanistica* de Bernardo Secchi, que está no conceito da própria coleção em que o livro está inserido e, que no meu ponto de vista, se afinava com o caráter a ser dado à série em construção, objetivava rejeitar a extrema especialização da disciplina. Ao permitir uma abordagem plural de pontos de vista, possibilita que o fenômeno urbano seja explorado com complexidade, sem perder a importância e a fecundidade de uma abordagem genuinamente interdisciplinar.

Nas suas palavras, na contracapa da edição italiana:

Per urbanistica intendo non tanto un insieme di opere, di progetti, di teorie o di norme

⁴ A tradução das citações: Luc Matheron.

unificate da un tema, da un linguaggio e da un'organizzazione discorsiva, tanto meno intendo un settore d'insegnamento, bensì le tracce di un vasto insieme di pratiche: quelle del continuo e consapevole modificare lo stato del territorio e della città (SECCHI, 2000)⁵.

O viés formativo que se buscava, para calibrar o conceito do evento proposto, aparece no contexto brasileiro de forma significativa em duas coleções de livros de bolso lançadas e editadas pela Editora Brasiliense, a partir do final da década de 1970: a Coleção “Primeiros Passos” e a Coleção “Tudo é História”.

Analisando cuidadosamente os títulos propostos, percebe-se que a questão urbana emerge de forma relevante. Nesse sentido, a primeira lista de possíveis convidados foi, pretensiosamente, pensada como atualização desses títulos. Do elenco inicial, dois nomes viriam representar essa linha aproximativa: Maria Stella Martins Bresciani, professora da Unicamp: “Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza” (Tudo é História, n. 52, 1982), e Raquel Rolnik, da USP: “O que é Cidade” (Primeiros Passos, 1988).

Outros convites aventados pela proximidade temática, infelizmente, não se concretizaram: Carlos A. C. Lemos: “O Que é Arquitetura (Primeiros Passos, 1980) e “O Que é Patrimônio Histórico” (Primeiros Passos, 1982); A. J. Gonçalves Jr., Aurélio Sant’anna, Frederico Carstens, Rossano Fleith: “O

⁵ “Por Urbanismo entendo não tanto um conjunto de obras, projetos, teorias ou regras unificadas por um tema, por uma linguagem e por uma organização discursiva, muito menos entendo o termo como um campo de ensino, mas os traços de um vasto conjunto de práticas: aquelas do continuo e consciente modificar o estado do território e da cidade”.

Que é Urbanismo” (Primeiros Passos, 1991); Vavy Pacheco Borges: “O Que é História” (Primeiros Passos, 1980); Marilena Chauí: “O que é ideologia” (Primeiros Passos, 1980), Olgária C. F. Matos: “Paris 1968: As Barricadas do Desejo” (Tudo é História, 1989).

Porém, a opção deliberada pela palavra Aula em vez de Lição remeteu-me ao argumento apresentado durante a discussão acalorada com o próprio Secchi, em uma consulta sobre o título da edição em português do seu livro: o “juízo de valor” que a palavra possui na língua portuguesa. Na ocasião, minha justificativa apoiou-se em dois pontos:

1. A tradução da conferência de posse e abertura do novo curso de semiologia literária no College de France, proferida por Roland Barthes e denominada Leçon, em 7 de janeiro de 1977, explicitada pelo próprio Secchi para explicar seu percurso narrativo e traduzida por Leyla Perrone-Moisés com o título de “aula”;
2. A utilização da palavra lição pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, ao escrever, no início dos anos vinte, sobre as cidades de Roma e Veneza. No livro *Vers une architecture de 1923*, no capítulo “A lição de Roma”:

Roma é uma paisagem pitoresca. Lá a luz é tão bela que ratifica tudo. Roma é um bazar onde se vende de tudo. Todos os utensílios da vida de um pouco lá ficaram, o brinquedo da infância, as armas dos guerreiros, os restos dos altares, as bacias dos Borgia e os penachos dos aventureiros. Em Roma o Feio é legião.

Roma é um pitoresco bazar ao ar livre. Há de todos os horrores e o mau gosto da Renascença romana. Esta Renascença, nós a julgamos com nosso gosto moderno que dela nos separa por quatro grandes séculos de esforços, o XVII, o XVIII, o XIX, o XX.

Dispomos do benefício desse esforço, julgamos duramente, mas com uma clarividência motivada. Falta à Roma entorpecida após Michelangelo esses quatro séculos. Repondo o pé em Paris, retomamos consciência da escala. A lição de Roma é para os sábios, aqueles que sabem e podem apreciar, aqueles que podem resistir, que podem controlar. Roma é a perda daqueles que não sabem muito. Colocar em Roma estudantes de arquitetura é mutilá-los por toda vida. O Grande Prêmio de Roma e a Villa Médici são o câncer da arquitetura francesa.

Em contraposição *La Leçon de Venise*⁶, como denomina Stanislaus Von Moos, a cidade lagunar é descrita como modelo de nova hierarquia urbana moderna:

(...) cette ville qui, à cause de son plan d'eau, représente l'outillage le plus formel, la fonction la plus exacte, la vérité la plus indiscutable – cette ville qui, dans une unité unique au monde, en 1934 encore (à cause du plan d'eau) est l'image entière, intégrale des actes hiérarchisés d'une société (LE CORBUSIER, 1937)⁷.

Nos seus relatos, as duas cidades emergem respectivamente como anti-exemplo e exemplo de Urbanismo. É claro que não se trata de uma lição

6 Von Moos, Stanislaus: “*La leçon de Venise*”. In Le Corbusier: Album La Roche. Milano: Electa, 1996. pp. 24-40.

7 LE CORBUSIER, *Quand les cathédrales étaient blanches*, Paris, 1937, p. 8.

sobre técnica de planejamento, pois não explica a cultura do plano ou o processo de sua formação; não aborda a questão da análise nem a concepção do plano; não revela os mistérios da disciplina. Mas como verdadeiras “lições” de planejamento urbano imbuídas de um sentido moralizador. Como observado no título definitivo da edição brasileira – Primeira Lição de Urbanismo, o argumento apresentado não se sustentou.

Duas outras “aulas” ganharam particular interesse: a aula inaugural intitulada “O Desenho”, em 1967 na FAU-USP, em que professor engenheiro-arquiteto João Batista Vilanova Artigas defende o projeto como atitude de resistência à opressão; e a aula do mesmo arquiteto, por ocasião de seu retorno à FAU-USP após período no exílio, no concurso para professor titular, cujas arguições foram publicadas sob o título de “A Função Social do Arquiteto”⁸.

Dizia ele:

Entretanto, é preciso falar sobre a função social do arquiteto sob o ângulo específico da arquitetura moderna. Sob o ângulo daquela arquitetura vivida no Brasil, sem ficar no plano genérico de uma arquitetura universal que tenha finalidade social – que não é o caso de nosso enfrentamento, da problemática que me foi dada, pelo menos de meu ponto de vista.

A arquitetura moderna originou-se [e isso quem diz com certa clareza é um crítico

8 ARTIGAS, Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel-Fundação Vilanova Artigas, 1989. Esse conjunto de arguições foi posteriormente incorporado em: ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

que todos conhecemos chamado Manfredo Tafuri (Cacciari, M., Dal Co, F., *De la Vanguarda a la Metrópoli*, 1972)] das esperanças de transformação social do mundo frente à Revolução Russa. A verdade é que a Revolução Bolchevique, como diz o próprio Tafuri, ofereceu ao mundo dos anos 20 a perspectiva de um mundo novo (ARTIGAS, J.B.V. 1989, p.13).

Neste ponto, o nexó fundamental explicitado no subtítulo desta introdução encontra sua melhor adequação e permitiu o fechamento conceitual da proposta em construção. Essas primeiras aulas funcionariam, portanto, como resposta ao cenário político que, paulatinamente, estava sendo tramado. E assim, rediscutiriam um conjunto de crenças que o mundo acadêmico compartilha, como as da Extensão Universitária e da Pesquisa Aplicada, sem abrir mão de sua diversidade doutrinária: a liberdade na prática do ensino e da pesquisa. Poderiam ainda explorar o vigor criativo apresentando-se como proposta de renovação baseada no desenvolvimento de temas recentes, os quais poderiam ser pensados como possibilidade de transformar e evitar a rigidez das grades das disciplinas e do enclausuramento da própria universidade pública.

No cenário atual, a “aula como atividade cívica”, que se apoia na ideia de *Civic University*, termo cunhado pela primeira vez por Boyer E.L. (1996, p.11-20) no texto *The Scholarship of Engagement*⁹, poderia redefinir contornos do pensamento absorvendo os temas emergentes para repensar a Unesp em seus

9 BOYER, E.L. The Scholarship of Engagement. *Journal of Public Service Outreach*, v.1(1), 1996.

40 anos: primeiramente, para romper com o isolamento geopolítico dos diversos campi, resultado de um projeto político a ser superado e, em segundo lugar, para diluir o caráter indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, fornecendo estratégias para atuar de forma articulada e sempre a partir do contexto e das necessidades locais. O repensar desses três pilares da Universidade – ensino, pesquisa e extensão –, a partir de uma lógica horizontal, poderia congregiar diferentes dinâmicas da sociedade contemporânea, seja do ponto de vista local, seja a partir das demandas sociais de um mundo globalizado.

A partir da tentativa de explorar interrelações na FAAC e a vocação extensionista da Unesp, bem como sua integração com as práticas pedagógicas e de pesquisa à luz das novas formas de comunicação digital e socialização, e seu impacto nas dimensões privada e pública, que se conseguiu o apoio da vice-diretoria da Faculdade de Arquitetura e Artes da Unesp-Bauru, na figura do professor Marcelo Carbone. Esse apoio abriu a possibilidade de:

- Estabelecer uma parceria com a TV Unesp, que se deu em dois momentos: com a Diretora Dra. Ana Silvia Lopes Davi Médola, para a criação da série específica sobre a questão urbana; e com o Diretor Dr. Francisco Machado Filho, para edição e finalização da mesma. O formato do programa, o logotipo e o cenário da série foram pensados de forma a valorizar não só o ambiente da universidade – daí a opção pelo grande auditório no fundo do logotipo –, mas também a expressão da fala fortemente

ritualizada, característica das grandes aulas; esse formato seria reafirmado a partir da concepção de um cenário formado somente por elementos essenciais: um púlpito e um banco;

- Atingir outras universidades da cidade e da região, o que levou ao alargamento do escopo do projeto e da equipe organizadora que passou a contar ainda com Dra. Lilian Nakashima, professora da Universidade Sagrado Coração, egressa do Curso de Arquitetura da Unesp de Bauru, e Dr. Luiz Cláudio Bitencourt, pertencente ao quadro de professores da Unesp – Bauru. Na ocasião, Bitencourt assumiu a coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Eduvale em Avaré e, no início de sua gestão, implementou a série Primeiras Aulas.

Apesar da discussão sobre a possibilidade de a série ser interiorizada como projeto departamental, ideia cara à chefia do Departamento de Arquitetura da Unesp-Bauru, professoras Silvana Alves e Marta Enokibara na ocasião da proposta, optou-se por iniciá-la com dois módulos: História e a Construção do Projeto da Cidade Contemporânea à luz das políticas públicas. Isso se deu pelo fato de se observar um grande número de egressos da FAAC-Unesp-Bauru atuando em vários campos, consubstanciando de forma consistente o perfil de um profissional que aplica suas habilidades em distintos setores: nas artes (teatro, música, literatura, cenografia), na arquitetura, no urbanismo, no paisagismo, no design e na comunicação, na publicidade, na comunicação empresarial, e nos diversos níveis da administração pública,

inclusive no Ministério das Cidades.

A importância dos dois eventos intitulados “Percurso dos Egressos”¹⁰, eventos esses que, nas palavras da pró-reitora de graduação presente na primeira edição, professora Gladis Massini-Cagliari, deveriam ser repetidos pelas outras unidades, revelou na sua inteireza a atuação plural dos nossos ex-alunos. Entretanto, a interdisciplinaridade contida no cerne do projeto pedagógico de nossa Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação é, na realidade, um projeto a ser construído e consubstanciado. A estrutura atual, totalmente anacrônica e que prima pela excessiva fragmentação dos cursos vinculados a departamentos isolados, poderia ser repensada através de um plano que explore complementariedades e tangências à luz da sua natureza ambígua, em função de sua dupla filiação: às ciências sociais aplicadas e à dimensão artística.

Diante da incapacidade de conter as fronteiras disciplinares tradicionais de arquitetura e do urbanismo, a cidade tornou-se o tema focal da série,

¹⁰ Percurso dos Egressos: Tema 01 - O Projeto da Cidade Contemporânea. Data: 17 de março de 2017: Arquiteto e Urbanista Daniel Montandon - Prefeitura Municipal de São Paulo/Ministério das Cidades, Arquiteto e Urbanista Marcelo Ignatios - Prefeitura Municipal de São Paulo, Arquiteto e Urbanista Felipe Francisco de Souza - Banco Mundial, Arquiteto e Urbanista Elisa Pennings - Prefeitura Municipal de Holambra, Arquiteto e Urbanista Alex Rosa - Prefeitura Municipal de Limeira, Arquiteta e Urbanista Andrea Júlia - Prefeitura Municipal de Limeira, Arquiteto e Urbanista Rafael Ambrósio - Santos, Arquiteto e Urbanista João Felipe Lança - Prefeitura Municipal de Bauru; tema 02 - “Visões de Arquitetura e do Espaço na Cidade Contemporânea” - Arquiteta e Urbanista Adriana Benguela, da equipe vencedora do 4º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel pelo projeto Moradas Infantis (Fормoso do Araguaia, TO, 2015), Arquiteto e Urbanista Hugo Serra Alphaville Urbanismo e fez parte da equipe que ganhou Menção Honrosa no Concurso Internacional para o Parque Olímpico - Rio 2016, Arquiteto e Urbanista Leandro Fontana, fez parte da equipe de paisagismo vencedora do 4º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel pelo projeto Moradas Infantis (Fормoso do Araguaia, TO, 2015), Arquiteto e Urbanista Marcos Caracho, com obras significativas na cidade de Bauru e que participou da Casa Cor SP - 2017.

a partir da qual poderiam vir à tona diferentes temáticas do fenômeno urbano. O convite enviado aos professores para compor a série Primeiras Aulas sugeria alguns títulos que destacavam a especialidade de cada pesquisador e solicitava a readequação do título inserindo as palavras História ou Projeto da Cidade Contemporânea.

Porém, a tentativa frustrada de estabelecer divisão entre os dois módulos – História e a Construção do Projeto da Cidade Contemporânea à luz das políticas públicas –, reafirma o que nos diz Alfredo Bosi em “O tempo e os tempos”: que o diálogo com o passado torna-o presente (BOSI, 1992, p.29), ou seja, “o pretérito passa a existir de novo”. Tal assertiva pôde ser vislumbrada na “Primeira Aula de Planejamento Urbano e Regional” ministrada pelo professor Flávio Vilaça, o qual selou de forma magistral o sucesso da série tendo em mãos a Constituição Federal e o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru.

A superlotação do auditório com presença de técnicos e profissionais da cidade e da região, nos obrigou a transferir as aulas do auditório do SESC Bauru para o auditório do campus da Unesp. Além disso, a presença do professor Vilaça restabeleceu um antigo elo afetivo e profissional com o autor deste texto: durante o período do meu doutoramento na FAU-USP, os ex-orientandos do professor Vilaça convidavam seus orientados para participarem de um grupo de estudos sobre Urbanismo e Planejamento Urbano, grupo esse que, até hoje, acontece às terças-feiras. Nesse grupo tive oportunidade de

aprender e dialogar com grandes nomes do urbanismo, do planejamento urbano e da área de políticas públicas, todos atuando ativamente nos cenários paulista e nacional.

Conforme a série foi acontecendo, destacou-se a discussão sobre a metamorfose da cidade contemporânea que não poderia ser tratada somente a partir dos problemas do ordenamento do território. Apesar de os pesquisadores discorrerem sobre métodos de investigação e sobre o estudo das fontes, ressaltaram principalmente que a fonte primária em discussão é a própria cidade no seu território. A cada “primeira aula”, um cenário mais amplo e complexo viria à tona, no qual o controle dos usos da terra e o equilíbrio dos recursos naturais em jogo colocam-se como passo inevitável, tanto em termos de governança de sustentabilidade quanto de adaptações às mudanças climáticas e de patrimônio artístico e ambiental.

Contudo, mais do que os contextos urbanos e territoriais, a força propulsora real do desenvolvimento reside nas estratégias que as cidades e os territórios colocam em jogo. Sob essa perspectiva, seguiram-se as Primeiras Aulas dos professores: Ermínia Maricato: “Para entender a Crise Urbana no Projeto da Cidade Contemporânea”; Raquel Rolnik: “Guerra dos Lugares’ e o Projeto da Cidade Contemporânea”; e Nabil Bonduki: “A Questão Habitacional no Projeto da Cidade Contemporânea: Revisão Histórica e Desafios Contemporâneos”.

O estudo e o repensar das estruturas urbanas e territoriais tornam-se, assim, plataforma complexa

para definir a relação entre a pesquisa histórica e o uso atual das estruturas materiais herdadas do passado. A construção das disciplinas História Urbana, História da Cidade, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo foi abordada nas Primeiras Aulas das professoras: Heliana Angotti-Salgueiro: “História Urbana - Repensar Histórias Cruzadas - Experiências de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo”; e Maria Stella Bresciani: “Historia do Urbano: Temporalidades, Escalas e Pontos de Vistas Contrastantes”. Nas aulas ficou evidente que o urbano deve ser estudado na estratificação complexa de seus diversos elementos constitutivos e deve ser analisado a partir da estreita relação de reciprocidade entre ele e seu território circundante.

Da mesma forma, a História do Pensamento Crítico na Arquitetura foi o tema tratado na sua especificidade nas Primeiras Aulas dos professores: Sophia Telles: “História da Arquitetura: “Século XX - Três Cortes: Procedimentos/Cadeia Produtiva/Significado”; Leandro Medrano e Luiz Recaman (FAU-USP): Pensamento Crítico na Arquitetura e Urbanismo”, de acordo com o método de investigação sob o ângulo de sua natureza formal, com ferramentas adequadas, tipos de fontes e sua aplicabilidade de acordo com a especificidade do território e estrutura urbana em análise.

Hoje, como no passado, as cidades continuam a ser objeto de considerável interesse tanto no nível teórico quanto em termos práticos. Se por um lado, as teorias sobre a crise e o declínio das cidades crescem, por outro, testemunhamos cada vez mais

processos importantes de reconstrução, reestruturação, redensolvimento, ou – para usar um termo que é muito comum hoje – regeneração do tecido urbano. A crescente literatura sobre a história e a teoria dessas práticas foi abordada na Primeira Aula do professor Carlos Roberto M. de Andrade: “História do Urbanismo: Teorias e Histórias”.

Do ponto de vista do patrimônio, o “abandonado” é emblema de uma desertificação produtiva que teve como resultado lacerações profundas no tecido social e econômico - basta pensar no impacto que teve o encerramento do sistema ferroviário sobre o emprego e renda de determinadas famílias -, quando se analisa o pátio ferroviário de Bauru: ao mesmo tempo, um processo de degradação urbana e territorial, deixando sinais de uma paisagem que se deteriora e “consome” a identidade do território. Principalmente, e quase paradoxalmente, isso se verifica quando a área em abandono coloca-se no projeto da cidade contemporânea, como recurso para o sistema econômico regional e pode, de fato, tornar-se um espaço redesenhado para novas atividades produtivas em torno das quais o território pode apostar em um futuro diferente. Vista a partir dessa perspectiva proativa a área em desuso é, em certo sentido, símbolo de transformação e regeneração do espaço urbano incentivando o enxerto de outras atividades, com maior conteúdo de inovação e qualidade de produção. Essa perspectiva pressupõe que, em torno do trabalho de recuperação da área desocupada, o território repense seu próprio modelo de desenvolvimento, identificando potenciais e vocações para sustentar o crescimento com um adequado plano de ação.

Entre os elementos de crise no espaço público está o uso instrumental do conceito de público para apoiar programas políticos e projetos urbanos, defender mudanças sociais e legitimar transformações espaciais. Por isso, é necessário restituir o valor ético ao projeto do espaço público, no sentido de que todo gesto e toda ação de desenho, em todas as escalas, devem ter consciência do papel que exercem no destino pessoal e coletivo.

As Primeiras Aulas dos professores: Beatriz Kühl, “O papel do Patrimônio Arquitetônico no Projeto da Cidade Contemporânea”; e Fernando de Mello Franco, “A Formulação das Políticas Públicas no Projeto da Cidade Contemporânea”, orbitaram entre o campo de investigação histórica e a questão da qualificação da cidade existente à luz das políticas públicas.

Ao promover o conhecimento e o confronto entre os indivíduos, as Primeiras Aulas são gestos que estabelecem as bases para novas formas de convivência e reconstruem o vínculo, cada vez mais instável, entre a academia, a realidade e sua representação. Isso significa cuidar de um lugar que sempre foi e continuará sendo um recurso precioso capaz de sustentar os processos evolutivos da cidade e de reconhecer o próprio espaço como componente fundamental da esfera pública, da vida urbana e, sobretudo, da vida democrática da sociedade.

Adalberto da Silva Retto Júnior

Universidade Estadual Paulista *Júlio Mesquita Filho*
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Campus Bauru



Adalberto da
Silva Retto Jr.



Boa tarde a todos. Gostaria inicialmente de agradecer a presença de todos e fazer alguns avisos práticos antes de começarmos a gravação. Esse programa é uma gravação de uma aula pública para celebrar os 40 anos da Unesp. Logo eu vou pedir para vocês desligarem o celular, não tirarem foto porque as imagens que a professora apresenta, algumas delas são inéditas. E as perguntas serão nesse microfone ao final. Quando a professora acabar de dar sua aula, as pessoas se dirigem aqui e fazem as perguntas. Eu queria inicialmente agradecer a presença da Professora Ermínia Maricato, que rapidamente aceitou nosso convite de fazer uma Primeira Aula pública que assumiu o nome, o título do livro: “Para Entender a Crise Urbana”. Esse livro, ele está sendo vendido aqui. Eu chamo agora o Professor Carbone, que é diretor da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação para apresentar a professora Ermínia uma vez que, por sugestão dele, nós unimos a primeira aula à recepção dos calouros. Obrigado mais uma vez.

Carbone:

Boa tarde a todos e a todas. Eu acho que a

professora Ermínia Maricato dispensa apresentações, mas formalmente faremos agora. Então à Professora Ermínia Maricato, agradecemos a presença aqui na nossa faculdade.

Graduada, mestre, doutora, livre docente e titular em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora visitante na Universidade da British Columbia - Canadá, e na Witwatersrand University em Joanesburgo, também. Coordenadora de pós-graduação da FAU-USP. Membro da Câmara de Normas e Recursos da USP. Presidente da Comissão de Pesquisa da FAU-USP, membro do Conselho de Pesquisa da USP, isso entre 2007 e 2009. Fundadora do LabHab, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU-USP. Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, de 89 a 92. Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades, onde foi ministra adjunta entre 2003/2005. Recebeu prêmios, citamos um aqui: Rafael Higuerras, da Federação Pan-americana de arquitetos, lá em 2006. Prêmio de Arquiteto do ano da Federação Brasileira de Arquitetos, 2007. Homenagem das Assembleias Legislativa do Ceará e da Bahia, né, cidadã baiana. Atualmente, membro de conselhos editoriais, Cadernos da Metrópole, Observatório das Metrôpoles, Revista de Estudos Urbanos e Regionais e Revista de Políticas Sociais e Desenvolvimento da Unicamp. Membro do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo e professora visitante do Instituto de Economia da Unicamp. Então, passo a palavra à Professora Ermínia.



Eu só vou pedir: no bolsinho lateral da minha bolsa tá o celular. Precisa desligar, por favor. Bom, estou muito contente de estar aqui com vocês e ver essas caras jovens todas. Em função da conjuntura nacional e internacional eu gostaria de sugerir a mudança do título da minha aula hoje: de “Para Entender a Crise Urbana” para “Reconstrução da Democracia no Brasil: um projeto de política urbana para reconstrução da democracia no Brasil”, tarefa para a qual tenho me dedicado.

É muito difícil, para mim, falar sentada, mas há uma restrição devida à câmara que nos filma então eu vou limitar minha movimentação.

URBANISMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Como introdução, vamos discorrer alguns minutos sobre a condição dos urbanistas nas cidades da periferia do capitalismo. Por que que é muito importante que a gente fale sobre nossa realidade? Porque a universidade brasileira, assim como nossa elite, é muito alienada e distante em relação à realidade social e territorial no Brasil, de um modo geral. Nós temos alguns pensadores, conhecidos como intérpre-

tes do Brasil, que escreveram sobre isso como Robert Schwartz, Florestan Fernandes, o Sérgio Buarque de Holanda. Esses autores cunharam expressões como desterrado em sua própria terra, ou chamaram atenção para nossa cultura livresca e discursiva, distante da realidade. Isso fica muito claro quando a gente analisa a legislação urbanística no Brasil e as contradições presentes na sua aplicação. A legislação urbanística brasileira é das mais avançadas do mundo. A legislação ambiental também é muito avançada. Agora, a ocupação do nosso território, a ocupação do solo nas nossas cidades é profundamente atrasada e arcaica. Então, nós vamos falar um pouco desse descompasso e da necessidade que nós temos de aproximar mais os arquitetos, os urbanistas, os geógrafos, os engenheiros, os designers, da nossa realidade para que, de fato, a gente contribua para melhorar as condições sociais, políticas, ambientais e urbanas no país. Então esse projeto que nós perseguimos, durante o século, principalmente, o século 20, é o encontro do Brasil consigo mesmo. Nós quem? Parte da inteligência brasileira. É uma procura de sanar essa falta de conhecimento e de vivência do que é o Brasil real, que criou essa desigualdade social abissal que se reflete profundamente no território e nas nossas cidades.

Neste momento, abril de 2017, o país está numa encruzilhada e nem os melhores analistas sabem o que vai acontecer nos próximos 2 ou 3 anos... agora é hora da gente retomar um processo iniciado muitas vezes, que é a tentativa de superar as raízes escravistas. O emprego doméstico é um universo pródigo em revelar essa herança e o cinema

nacional tem sido especialmente feliz em destacar isso: “Casa Grande”, de Felipe Barbosa; “A que horas ela volta”, de Anna Muylaert; “Som ao Redor”, de Kleber Mendonça estão mostrando esse Brasil que não superou relações escravistas. Agora que nós estamos nessa encruzilhada de perda de direitos tão duramente conquistados, agora é hora da gente se comprometer em retomar a discussão de um projeto para o Brasil.

A PROPOSTA DE REFORMA URBANA NOS ANOS 60

Essa tentativa foi feita na década de 50 e 60 por pensadores militantes como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e tantos outros que trabalharam com a reforma da educação, a reforma da saúde, a reforma agrária... e que iniciaram a Reforma Urbana em 1963 no Congresso de Arquitetos em Petrópolis. A Reforma Urbana foi a mais jovem das propostas de reformas que a sociedade brasileira enunciou naquele período e que tiveram um fim com o golpe de 64. Mas ela surgiu, como uma criança diante das outras que já estavam muito mais amadurecidas em 64. Alguas, como a reforma agrária, a reforma da saúde, a reforma da educação, estavam consolidadas e foram defendidas por sindicatos e movimentos sociais.

A Reforma Urbana teve início num Congresso de Arquitetos que contou com a presença de profissionais de outras áreas, em 1963. Chegou a produzir um documento de Reforma Urbana que, contraditoriamente, até inspirou o governo de exceção a criar uma política urbana e habitacional num ambiente de forte crescimento econômico, repressão

política, altas taxas de crescimento urbano e forte concentração de renda. Nós estamos falando da nossa história, da história do nosso país. E quando a gente fala da nossa história, dos momentos em que estamos diante de encruzilhadas, nós temos que lembrar nossa inserção no capitalismo internacional. Porque ele está presente nessas encruzilhadas de uma forma extremamente forte. Não vai dar tempo de eu falar sobre tudo. Recomendo as leituras de Caio Prado, Celso Furtado, Marcio Pochmann, André Singer.



REPENSAR AS CIDADES

Bom, então eu gostaria de pensar, junto com vocês, nos próximos tempos. É difícil a gente pensar nos próximos tempos, pensar no médio e longo prazo sem saber onde é que nós estaremos pisando daqui cinco meses. O fato é que neste momento nós não sabemos nem se a Reforma da Previdência vai ser aprovada e como vai ser aprovada. Nós não sabemos se a Reforma Trabalhista vai ser aprovada. Nós não sabemos nem mesmo se teremos eleição em 2018. Nós não sabemos como serão as eleições em 2018.

Os melhores analistas estão com dúvida. Vocês podem perguntar: bom, mas como nós vamos pensar o médio e o longo prazo diante de tantas incertezas? Claro que resistir é fundamental, mas eu trabalho com a área de Planejamento e planejamento não se faz sem conflito e sem discussão pública e política. E eu me proponho, a qualquer que seja o nosso futuro imediato, a trabalhar uma proposta para o médio prazo. Depois a gente pode até conversar sobre isso. Talvez seja cômodo da minha parte tentar fazer isso, mas eu acho que nós estamos discutindo demais o curto prazo e o momento histórico mostra o retorno da herança arcaica. Apenas uma construção de médio e longo prazo pode superá-la. Social. Não se trata também de uma construção intelectual apenas. Eu digo apenas porque ela é uma construção intelectual, ela é uma construção técnica, ela é uma construção de estudiosos e de profissionais. Mas ela é uma construção social, porque sem a participação de lideranças sociais, sem o envolvimento com a realidade social nós não teremos chance de sucesso nessa construção.

O método, portanto, foi dado pelos intérpretes do Brasil. As cidades devem ser vistas como cidades da periferia do capitalismo.

CIDADES NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Vamos abordar a estrutura e o contexto das nossas cidades. Como eu já mencionei, nós temos uma tradição de dominação intelectual no Brasil. Porque quando a gente vai para Suíça, para Holanda, para o Canadá, ou Noruega, Suécia, países capita-

listas que tem profundo controle sobre o uso e ocupação do solo, o que vale dizer sobre a propriedade privada da terra: você não vê nada “fora do lugar”. Abram o Google Earth e passem um pouco. Façam um passeio aéreo sobre a Suíça, zonas de ocupação urbana ou rural, e depois façam isso sobrevoando o Brasil. Vocês vão perceber ao que estou me referindo. Não precisa nem viajar muito. Em países como o nosso vemos cidades cuja ocupação do território é em grande parte espontânea e predatória ao meio ambiente, mas também à sociedade, apesar de serem objetos de Planos Diretores. O Plano Diretor é obrigatório para toda cidade com mais de 20 mil habitantes no Brasil segundo lei federal, Estatuto da Cidade. Não nos faltam leis detalhadas.

Recentemente fiquei sabendo sobre a complexidade para descartar entulho de obras que contenham telhas de cimento amianto. O material é prejudicial à saúde e seu descarte é regulado. No entanto quantas famílias vivem debaixo de teto com telhas de cimento amianto em nossas periferias? Outro exemplo interessante está nas leis municipais que me obrigam a pedir autorização da prefeitura para podar uma árvore no interior de minha propriedade. Por que que eu tenho que pedir autorização da prefeitura para fazer uma poda de uma árvore no quintal da minha casa? Porque nós somos rigorosos. E essa licença pode levar meses para ser expedida. Não. Nós não somos rigorosos. Nós somos contraditórios e nós precisamos entender essas contradições. Uma parte da população brasileira mora ilegalmente, mas não mora ilegalmente porque quer. Mora ilegalmente porque não tem acesso ao mercado privado legal.

Por vezes esse “legal” deve vir entre aspas, pois loteamentos fechados luxuosos contrariam a Lei Federal nº 6.766/79 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Vocês sabem por quê? Porque a lei exige que 15% da gleba deve ser doada ao Poder Municipal sob a forma de áreas públicas (ruas, área verde e áreas institucionais). Então se eu fechar o acesso às ruas de um loteamento eu estou proibindo o acesso ao patrimônio de uso público! Isso é lei! De 1979! E olha, eu já dei curso para juízes e promotores públicos e muitos moram dentro de loteamentos fechados, tal é o desconhecimento em relação à legislação urbanística.

Mas vamos tratar da maioria da população urbana que mora ilegalmente, compulsoriamente, em favelas, em loteamentos irregulares, em ocupações, se vocês quiserem... em invasões. Elas não escolheram. Como é o caso da Rocinha, a maior favela do Rio de Janeiro, mas muito bem localizada. Ao contrário do que muita gente pensa a maior parte das favelas do Rio de Janeiro não estão na distinta zona sul. A maior parte das favelas do Rio de Janeiro estão na zona norte, noroeste e são invisíveis. Porque é disso que se trata. E nós temos uma responsabilidade grande nesse ocultamento da realidade, especialmente a realidade dos trabalhadores, que não ganham o suficiente para entrar no mercado imobiliário e comprar uma moradia ou que não tem a sorte de serem contemplados com políticas públicas de moradia.

Eu não conheço, infelizmente, a realidade Bauru. Eu queria ter chegado antes para ter uma aula com especialistas, pesquisadores locais como eu tive em Presidente Prudente, Chapecó, Juiz de Fora, Vi-

tória da Conquista, Campina Grande, Porto Velho, Foz do Iguaçu, Uberlândia.... eu tenho andado em cidades de porte médio. Tenho dado prioridade aos convites para conhecê-las, porque durante 40 anos de profissão, eu e a maior parte dos urbanistas brasileiros, estudamos as metrópoles. Então vocês vão me perdoar. Vocês conhecem muito mais a realidade Bauru do que eu, está bem? Eu não sei dizer qual é a porcentagem de moradias ilegais em Bauru, mas eu quero dizer para vocês que, conforme a região do país, as Regiões Metropolitanas (RMs) podem concentrar mais de 50% de domicílios ilegais. Os municípios centrais das RMs chegam a apresentar 15% a 20% de ilegalidade, mas nas periferias encontramos municípios dormitórios onde essa proporção pode chegar em 70% a 80%.

O mestrado do ex-presidente do IAB RJ, Carlos Fernandes, revelou/mostrou que 50% dos domicílios do município do Rio de Janeiro são ilegais. Das construções! Não se trata do fundiário cuja ilegalidade é muito maior. A baixada fluminense é o território, por excelência, da ausência de legislação urbanística: parcelamento do solo, código de edificações, zoneamento, propriedade fundiária, etc.

Essa foto é de Salvador. Quando me refiro à ilegalidade não se trata apenas de contrariar a lei, mas se trata de todo um modo de produção desse espaço de assentamento urbano da maior parte, a mais pobre, da população urbana brasileira. Nessas regiões onde a terra é barata, onde o investimento público ainda praticamente não chegou, o povo constrói sua própria moradia, fora da lei, sem conhecimento téc-

nico, sem arquitetos, sem engenheiros, sem código de obras, sem lei de parcelamento do solo, sem financiamento imobiliário... vocês sabem, toda época de chuva nós temos lá os acontecimentos, os “acidentes”. Aí os jornalistas procuram a gente e falam aquelas coisas que pareciam óbvias. Não tem planejamento na cidade. Tem Plano, sim! Planejamento é outra coisa. Seguir Plano é outra coisa. Plano tem. A maior parte das cidades grandes e médias, no Brasil, tem sim Plano Diretor e tem, sim, uma legislação detalhada. De Zoneamento, por exemplo.

Bom, então nós temos aí nessas imagens. Não vou me deter muito em falar sobre essa realidade que é absolutamente patológica, não é? Onde você tem problemas de disseminação de epidemias. Nós temos aí a dengue, a zika e a chikungunya e agora aparecendo a febre amarela. Reaparecendo, aliás. Nós temos desmoronamentos com mortes. Essas casas que são produtos da autoconstrução, sem projetos. A saúde é afetada pela insalubridade, a falta de insolação, de ventilação. Enfim, o povo constrói. E nós estamos formando arquitetos para quê? Não é para esse povo, mas é esse povo que mais precisa do nosso trabalho hoje. Não se trata daquela prática de você ficar adivinhando idiosincrasias para construir a mansão. É uma tarefa em outra escala.

O último caderno do CAU São Paulo trazia qual tema na capa? Arquitetura de interiores. Por quê? Porque é o que o mercado está demandando. Casas de luxo contratam arquiteto para fazer arquitetura de interiores. Eu não estou dizendo que o arquiteto não deva trabalhar com isso, por favor! A

racionalidade de uma estação de trabalho é fundamental para a qualidade da moradia. Eu quero jogar luz para uma demanda que diz respeito a maior parte da nossa população urbana. É importante entender que estamos falando de uma realidade, um espaço urbano que é produzido sem a presença do Estado e sem a presença do mercado imobiliário “formal”. E isso tem tudo a ver com uma força de trabalho de baixos salários, como eu já analisei em vários textos meus. Trata-se de uma força de trabalho que é fundamental para o processo de acumulação. A essa força de trabalho dos baixos salários corresponde à urbanização dos baixos salários.

É importante a gente entender essa condição, estruturalmente ilegal, pessoal, porque não basta a nossa vontade de mudar isso. Porque ela é estrutural... Ela é o resultado de cinco séculos de um tipo de dominação, de um tipo de força de trabalho. Tratada de um determinado jeito em que as leis não valem para elas, que os direitos não valem. Então é necessário que a gente entenda que... eu já ouvi muito... já fui autoridade municipal: “Ah, falta vontade política!”. Não basta a gente eleger um prefeito, um governador, um presidente que tenha vontade política para mudar essa realidade. Essa realidade muda com luta social. Se um prefeito tem correlação de forças favoráveis para fazer a mudança, ele faz. Ele tem o apoio da Câmara Municipal, de parte da imprensa e da população. Se ele não tem, se a correlação de forças for contrária à mudança, se ele foi financiado pelo capital imobiliário que é quem mais financia vereadores e prefeitos no Brasil, como várias pesquisas mostraram, então aí ele não só não tem correlação

de forças para mudar, como não tem nem a tal da vontade política. Então não vamos nos esquecer disso, que a nossa sociedade precisa crescer do ponto de vista político, do ponto de vista da educação, da informação.

Essa foto é de Cubatão. Cubatão tem canais maravilhosos, com uma biodiversidade muito impressionante, mas o lixo e esgoto das favelas situadas nas margens acabam comprometendo a vida animal e vegetal.

Ontem a Cultura mostrou, no programa Café Filosófico, uma palestra minha que foi editada. Não sei se alguém viu. Eu sempre menciono o que essa foto mostra: a ocupação das APMs – Áreas de Proteção dos Mananciais na RM de São Paulo. Mas isso acontece no Brasil inteiro. A ocupação ilegal da área que produz a água que nós bebemos. A água é fundamental para a vida humana! Então, proteger uma represa é fundamental. E há lei que impede a ocupação. Mas, constatamos que a Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo é prioritária para os pobres se instalarem. Por quê? Porque os pobres não evaporam depois da jornada de trabalho. Eles têm que morar em algum lugar. Mas por que eles escolheram morar exatamente na área que vai causar poluição da água que nós bebemos? Porque eles não têm alternativa. Mas por que a alternativa é essa área? Porque essa área é protegida por lei federal, estadual e municipal. Porque, como a ocupação é restrita, ela não interessa para o mercado imobiliário. O que não interessa para o mercado imobiliário você pode picar. Porque aqui não é a cidade linda, você pode

ocupar ilegalmente. É como se não houvesse a lei.

Essa foto retrata a situação de córregos em todas as metrópoles brasileiras com suas margens, APPs – Áreas de Proteção Permanente, ocupadas por moradias que jogam seus esgotos e descartam seu lixo no leito do córrego.

Isto aqui pode não ser o retrato de Bauru, mas é o retrato de todas as metrópoles brasileiras: vimos o lixo que é carreado pelos eixos de drenagem para a Baía da Guanabara durante as Olimpíadas, vocês devem ter ouvido falar.

ALGUNS MAPAS SOBRE CLASSES E RAÇAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, COM DADOS DO IBGE

Bom, e mais rapidamente também, vou mostrar para vocês os mapas do município de São Paulo. Não quero deixar de mostrar, porque eu quero incentivar vocês a construir esses mapas para cidades onde vocês moram. Esses mapas são construídos a partir de dados do IBGE. Então para quem domina bem instrumentos de informática, esses mapas podem gerar até um TCC/TFG, não sei como é que vocês chamam. Esse é o município de São Paulo. As duas represas ali que servem água à metrópole, que estão sendo cada vez mais ocupadas ilegalmente. E vocês tão vendo a concentração de empregos. A concentração de empregos da Região Metropolitana de São Paulo, que tem 39 municípios, se dá no centro expandido do município de São Paulo. 70% de todo emprego da RM SP se concentra nessa área. Essa constatação é muito importante para entender os problemas de mobilidade na metrópole e sua relação

com a ocupação do território.

Esse é o mapa que revela o local de moradia dos pretos e pardos. Revela a segregação racial. E esse é o mapa que explica tudo. É o preço do metro quadrado do solo. A disputa pela captação da renda imobiliária explica muito em uma cidade. Quanto se ganha com a localização. Bibliografia: Flávio Villança. O conceito de renda de localização, bibliografia fundamental. Comparem o mapa da localização da moradia dos pretos e pardos e vejam que ele está em oposição ao mapa do preço do m² da terra e dos imóveis. A expulsão se deve, principalmente, pelo preço de localização. E o que que constitui o preço de localização? Quero ouvir. Eu não vou continuar até eu ouvir. Oi?

Plateia balbucia.



Proximidade do emprego, existência de infraestrutura e serviços. Que mais, hein, gente? Por quê? Como é que eu posso mudar o preço de uma propriedade aqui? Vamos pensar nos condomínios

fechados, que aqui tem... eu soube, ao sul de Bauru. Não tem muitos serviços públicos, mas a vizinhança também impacta o preço. Pobre, nas proximidades, desvaloriza os imóveis!

Bom, esse é o mapeamento da vulnerabilidade social (medida por vários indicadores, pela SEADE) na RM SP. Como o emprego é concentrado no Município de São Paulo. Esse mapa explica porque que o tempo médio de viagem na RM SP é de 2h42min, que é o tempo que muitas mães, chefes de família, passam no transporte todos os dias para trabalhar de empregada doméstica.

Bom, então, apresentamos esse pressuposto, de que cidade nós estamos falando? Lembramos vocês que as cidades das revistas de arquitetura estão, principalmente, naquele miolo colorido. Ela não está longe de aparentar ser um condomínio de brancos de alta renda, a julgar pelos mapas.

O MOVIMENTO DE REFORMA URBANA NOS ANOS 70

Vamos contar um pouco da história da construção da proposta de Reforma Urbana. Durante o período da ditadura de 64, muitos estudantes universitários do Brasil todo, movimentos sociais, arquitetos, advogados, engenheiros, se reuniram para recuperar a proposta de Reforma Urbana. Os movimentos sociais urbanos eram, constituíam uma relativa novidade. Apenas após meados do século 20, é que o Brasil, ele se tornou predominantemente urbano. Nós somos predominantemente urbanos há pouco tempo. Por isso que ainda vivemos uma cultura de analfabetismo urbanístico. Até pouco tempo, o país,

se pensava como sendo predominantemente agrário (Atualmente nós temos mais de 85% da população nas cidades. E a partir de 1980, as cidades de porte médio crescem mais do que as regiões metropolitanas). Vamos voltar aos anos 70.

Tínhamos uma nova realidade no Brasil. Essa realidade está muito bem descrita no livro do Éder Sader “Quando novos personagens entram em cena”. Retomamos a proposta de Reforma Urbana e construímos um movimento nacional... Naquela época, na década de 70, nós tínhamos um guarda-chuva muito importante que nos convidava para trabalhar com a população, nos bairros periféricos, pela melhoria das condições de vida, eram as CEBs-Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Esse movimento alcançou quase toda a América Latina desenvolvendo um trabalho “paulofreiriano” de conscientização, de autovalorização das pessoas, de escolarização mesmo. E nós tivemos, nesse período então, movimentos urbanos e movimentos sindicais, que foi o que gerou as grandes greves operárias de São Bernardo do Campo.

O Brasil cresceu muito economicamente de 1940 a 1980. Cresceu as taxas de 7% ao ano. Urbanizou-se e se industrializou. E se instalaram no Brasil indústrias de bens duráveis que produziam eletrodomésticos, eletroeletrônicos e máquinas industriais. Isso gerou um sindicalismo forte. Então o casamento dos movimentos urbanos com esse sindicalismo conquistou a redemocratização do país.

Eu não sou socióloga, né? Eu estou aqui resumindo porque o declínio da ditadura teve a ver

com crise econômica que atinge o Brasil na virada dos anos 1980. Movimentos sociais empoderados e a economia em declínio resultaram no enfraquecimento das forças que sustentavam o regime ditatorial.

Foi durante esse período que alguns dos nossos melhores professores foram retirados do nosso convívio: Villanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Jean Maitrejean. Foram cassados e impedidos de dar aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Depois veio a prisão do Sérgio Ferro, do Rodrigo Lefevre e outros arquitetos que estavam envolvidos na luta armada contra a ditadura. Nós podemos achar que foi um equívoco, a luta armada, eu não vou discutir isso, mas estou falando de alguma coisa que vocês não viveram para chamar atenção para a importância de ter e defender a liberdade de expressão e de reunião...

O CICLO VIRTUOSO: PREFEITURAS DEMOCRÁTICO-POPULARES

Bom, então nós nos juntamos e nós começamos discutir a questão urbana e uma proposta para as cidades. Integrantes dos movimentos candidataram-se às eleições municipais e ganharam algumas prefeituras. Não havia eleição de prefeitos para as capitais. Nelas, o prefeito era nomeado pelo Governador, que era nomeado pelo governo federal. Na década de 80 avançamos na construção de uma Política Urbana e de Habitação. Nós construímos o que ficou conhecido como prefeituras democráticas e populares. Na academia nós trabalhamos com uma leitura da cidade real, que não existia até então. O CEBRAP (Cen-

tro Brasileiro de Análise e Planejamento) coordenado pelo (ex) futuro presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu intelectuais que estavam proibidos de trabalhar na universidade: Paul Singer, Francisco de Oliveira, Procópio de Camargo, Elza Berquó e outros que fizeram uma leitura inovadora sobre a cidade de São Paulo, desconstruindo uma leitura ideológica que encobria a realidade urbana. Até hoje vocês têm essa bibliografia que pode ser consultada. Era muita novidade. O Brasil era recentemente urbano, não é?

Nas prefeituras democráticas e populares muitos temas foram debatidos com a participação da população: era a chamada democracia direta. Vocês não imaginam a importância que tem discutir o orçamento público. Como é que ele vai ser empregado? Vocês nunca participaram de uma discussão sobre orçamento municipal, mas com certeza as empresas imobiliárias participaram e elas acompanham. Por quê? Porque o investimento público define preço do metro quadrado de terra ou imóvel. Nós começamos a discutir inversão de prioridades. Nós começamos a discutir, então, controle social sobre o orçamento público. Nós elaboramos algumas propostas que ficaram famosas no mundo inteiro. O Orçamento Participativo é uma proposta que o município de Nova Iorque replicou. Se você vai para a Dinamarca, Noruega, o Orçamento Participativo é levado a sério. Outra proposta originária do Brasil: os corredores de ônibus, eu vi aplicada em Oslo. Chega lá... países do primeiro, primeiríssimo mundo do capitalismo, replicando proposta que nós criamos no Brasil. E o que mais? Urbanização de áreas precárias, garantir

nas favelas: a água, o esgoto, a drenagem, a iluminação pública, a coleta do lixo, a circulação viária e de pedestre. Nós temos no Brasil know how, conhecimento técnico que está entre os mais avançados do mundo para transformar uma ocupação precária, construída sem conhecimento técnico em um bairro salubre, saudável. A cidade ilegal, aquela que todo mundo ignorava até então passa a ser prioridade. No governo Erundina, que eu participei como Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, foi assim. Inversão de prioridade.

Quando eu entrei na Secretaria de Habitação para dirigi-la com uma equipe de profissionais aguerridos, a cidade ilegal ocupava um espaço de exceção. Tinha lá uma superintendência de habitação popular que cuidava da cidade ilegal e ela se tornou a nossa prioridade. Foi dirigida pelo arquiteto Nabil Bonduki, naquela época. Mereceu nosso maior orçamento. As propostas inovadoras tiveram início no Rio de Janeiro e Recife, antes desse ciclo virtuoso das prefeituras democráticas. Depois se espalharam pelo Brasil todo

Por que urbanizar as favelas? Essa discussão foi longa e teve que vencer preconceitos, além do desenvolvimento de conhecimento técnico e gerencial. Se a favela está prejudicando seriamente o meio ambiente ou em localização que compromete a saúde dos próprios moradores, ela deve ser retirada. Mas, se é possível a permanência da população, que já construiu relações sociais no bairro, que construiu moradias, muitas das quais satisfatórias, é mais econômico para o poder público e é mais desejável para a po-

pulação fazer a urbanização. Há extensa bibliografia, inclusive internacional, sobre esse tema.

Outro programa fundamental que os arquitetos do Brasil inteiro discutem, porque foi muito bem-sucedido, embora não tenhamos nenhum livro sobre essas boas práticas, são os projetos de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS). Nós começamos isso, que são projetos de boa qualidade, que contam com a participação dos futuros moradores na construção ou não, e esses projetos resultaram em boa arquitetura, boa construção e preço baixo. E nós temos centenas de exemplos pelo país afora. Nós precisamos registrar essa memória em livro para que os estudantes de arquitetura tomem conhecimento de que existiu e ainda existe no Brasil boa arquitetura na moradia popular.



Esses projetos, nós começamos assim no governo Erundina: os estudantes recém-formados que queriam trabalhar em algo participativo junto com os movimentos sociais que demandavam moradia,

eles constituíram escritórios devidamente cadastrados na prefeitura e eles eram pagos para desenvolver um projeto, prestando serviço ao movimento social. Dessa forma, a gente garantia uma ocupação de qualidade em certos terrenos desapropriados pela prefeitura. Esses projetos foram tão bem-sucedidos que eles geraram uma lei federal. A Lei Federal da Assistência Técnica. Quem sabia que essa lei existia? É muito pouca gente. Eu fui falar no encontro dos estudantes de arquitetura da Bahia e eu fiquei impressionada que estudantes, lideranças nacionais, não conhecessem a Lei de Assistência Técnica. Por quê? Nós não estamos aplicando a lei. Nós não estamos conseguindo. E olha, isso é com vocês, porque o desemprego tá chegando à categoria, muito forte. Nós temos desemprego entre os arquitetos. O sindicato estava me dizendo que 60% da categoria é formada de autônomos ou empresários de si mesmos. Isso é alguma coisa que nós precisamos discutir. O mercado de trabalho está mudando e a gente tem uma população que precisa do nosso trabalho. Nós somos necessários. O nosso trabalho é importante. Talvez a gente não esteja defendendo ou agindo suficientemente para mostrar para o povo que o nosso trabalho é importante.

E outra política muito importante desse período, desse ciclo virtuoso de poder local, foram projetos que começaram lá na Reforma Educacional, nos anos 50. Foram recuperados pelo Brizola e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, e depois alcançaram as prefeituras chamadas de democrático-populares: os CEUs (Centro de Estudos Unificados). Trata-se de uma proposta de ensino, de tempo integral nas

periferias, em que as crianças tenham contato com artes, esportes, vivência cultural, além da escolarização básica. Essa foto mostra um projeto do arquiteto Alexandre Delijaicov, professor da FAU da USP, funcionário público, que ganha o que ganha um funcionário público arquiteto, né? E ele vai trabalhar de bicicleta e ele, na gestão da Marta Suplicy, criou essa proposta. Boa arquitetura num contexto extremamente pobre. Vocês imaginem 10 anos dessa escola nesse bairro, a diferença que não faz. Uma criança com oito anos que entra aí, daqui a 10 anos ela tem 18. Isso faz a diferença numa cidade ou não? A gente consegue competir com o crime organizado ou não? Porque é disso que se trata. Nós temos anos duros pela frente e a mexicanização do Brasil tá em curso.

Bom, nesse período também, nós tivemos muitos progressos institucionais e legais. Na minha palestra que a TV Cultura mostrou ontem, eu falei dessa conquista. Nós conquistamos dois capítulos na Constituição de 88, que trata de cidades. Nós conquistamos o Estatuto da Cidade, que foi a regulamentação da Constituição de 88; 12 anos depois, nós conquistamos a criação do Ministério das Cidades e nele o Programa Nacional de Regularização Fundiária, o Conselho Nacional das Cidades, a Lei Federal de Consórcios Públicos e fizemos a Campanha Nacional dos Planos Diretores Participativos. E aí, em 2005 o Ministério das Cidades foi “dado” para um Partido Conservador como meio de assegurar a governabilidade no Congresso. Foi nessa hora que eu tirei o time de campo e achei que eu tinha que recomençar minha vida. Não foi fácil não gente.

As conquistas legais e institucionais continuaram. É interessante, acompanhar esse esforço modernizante e democratizador das instituições e das leis. Vejam bem, o que que foi aprovado depois de 2005: em 2007 foi promulgada a Lei Federal do Saneamento Básico, no mesmo ano foi criado o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento. Em 2008 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Com o PAC e o PMCMV o investimento público foi retomado em uma escala nova e desconhecida desde os anos 80. Finalmente estamos em 2009: o PIB brasileiro sofre uma forte queda devido à crise internacional de 2008. Nunca mais Europa, Estados Unidos foram os mesmos. Em seguida o PAC 2 e o PMCMV 2. Muito investimento público em obras de infraestrutura econômica, urbana e moradia. O movimento legal modernizante não parou: em 2011 foi promulgada a Lei Federal de Resíduos Sólidos e em 2012 a Lei Federal da Mobilidade Urbana. Essa é impressionantemente avançada. O carro, transporte individual motorizado, é a quarta prioridade, antecedido de pedestre, bicicleta, transporte coletivo e transporte de carga. Na realidade vemos que a lei é aplicada, mais frequentemente, às avessas. Faltou inserir nessa lista o Estatuto da Metrópole que foi aprovado em 2015.

O ATAQUE ESPECULATIVO IMOBILIÁRIO ÀS CIDADES. BOOM IMOBILIÁRIO E BOOM AUTOMOBILÍSTICO

Não faltam leis. Nós somos incrivelmente avançados no papel, na legislação aprovada. Mas então que será que aconteceu? Passamos de um ciclo virtuoso, com políticas distributivas urbanas, com

muita participação para um verdadeiro ataque às cidades. É isso que eu descrevo nesse livrinho.



Pouca gente percebeu o que estava acontecendo a partir de 2009. Gente que acionou o automático achando: “não, nós estamos ampliando a democracia no Brasil”. Mas quem olhasse para as cidades podia ver que isso não estava acontecendo. Que o boom imobiliário e o boom automobilístico que nós tivemos não foram participativos. Nós já não controlávamos mais os orçamentos e nós estávamos numa condição muito ruim do ponto de vista da mobilidade urbana. Por quê? Dobrou o número de automóveis em circulação com consequências dramáticas para a mobilidade e para o meio ambiente como mostra a ANTP. Os investimentos significativos em obras e a desoneração fiscal para compra de automóveis constituíram um plano neodesenvolvimentista? Social-desenvolvimentista? Com objetivo de manter emprego e crescimento no Brasil? Logan e Molocho são dois americanos que escreveram o livro *Urban Fortunes* e criaram o conceito de “máquina do cres-

cimento”. Que que é a “máquina do crescimento”? Em poucas palavras é a articulação de interesses dos capitais imobiliários (capitais de construção, incorporadores, proprietários de terra, capitais financeiro-imobiliários) com vereadores, prefeitos, mídia, entre outros, com objetivo de orientar os investimentos públicos e o crescimento urbano. (Há gente honesta na política. Vamos tomar cuidado com esse negócio de jogar tudo no mesmo ralo, porque isso vai nos levar para uma solução antidemocrática, tá?)



Os megaeventos: Copa e Olimpíadas vieram a calhar e fortaleceram esse movimento com obras questionadas. E os processos participativos? Conferências das Cidades, Conselho das Cidades? Tenho um artigo no meu livro, O impasse da política urbana, lançado em 2011, cujo título é: “Nunca fomos tão participativos”, que mostra a percepção de que as coisas estavam num rumo questionável.

Vivemos um paradoxo. Depois de 29 anos

com baixo investimento em obras urbanas, por parte do Governo Federal, nós retomamos o investimento em habitação, mobilidade, saneamento, mas nós tivemos um boom imobiliário que causou uma piora nas condições de vida urbana. As pesquisas mostram o aumento das remoções de população, incêndios criminosos em favelas, despejos violentos, e nós tivemos um aumento exponencial do preço da terra! A revista Exame traz numa capa: “O maior aumento do mundo”. O capital imobiliário capturou as cidades com a ajuda dos legislativos e executivos municipais. Salvador constitui um caso muito impressionante. A Profa. Ana Fernandes da UFBA escreveu sobre isso. A lei tem sido flexibilizada, os despejos violentos e a segregação reafirmada.

O que dizer do aumento do número de automóveis? Poderia falar muito, mas eu quero ver se a gente conversa um pouquinho, né? Os automóveis matam mais de 40 mil pessoas por ano por ano no Brasil, segundo dados do SUS. Números de guerra civil. Nós temos um alto custo devido aos acidentes, mortes, horas perdidas para o trabalho, poluição do ar, desperdício de combustível, impacto no aquecimento do planeta, impacto do trânsito na saúde mental... Em 10 anos quadruplicamos o número de motos e dobramos o número de automóveis. Aí vocês estão vendo que 50% das viagens se devem aos transportes coletivos. O transporte individual motorizado, 22%, e o transporte não motorizado (bicicleta ou a pé) 30%. Quem recebe mais dinheiro público em obras? Em desoneração? O automóvel. Há uma vasta bibliografia sobre isso. O tempo de viagem aumentou para todos os modos. A condição

de mobilidade piorou.

Ao lado da piora na mobilidade tivemos uma piora nas condições de acesso à moradia.

Vocês conhecem esse mapa? Nunca viram? Esse mapa é o TCC de um rapaz que está fazendo mestrado no IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lucas Faulhaber. Ele fez um levantamento na Secretaria de Habitação e mapeou as remoções mostrando processo de gentrificação da área portuária do Rio de Janeiro. O mapa mostra a população que sai das favelas e é levada para conjuntos habitacionais na periferia. Claro que eles deixaram um conjunto habitacional aqui, bem localizado. Para dizer que nem todo mundo foi removido. Esse é para o marketing, né? Deixa um lá para dizer que não despejamos todo mundo. O centro do Rio virou um espetáculo. É o “urbanismo do espetáculo”. Os pobres saíram, o preço da terra explodiu. Foram construídos, um metrô e um VLT, com recursos parciais do PAC da Mobilidade. Mas esses investimentos não foram dirigidos para as necessidades urgentes de transporte de massa. As obras e suas localizações obedeceram outros interesses.

Concluindo: não faltam Planos. Não faltam Leis. Não falta conhecimento técnico e, frequentemente, nem recursos. Que fazer para construir cidades mais humanas e mais sustentáveis?

UM PROJETO PARA AS CIDADES DO BRASIL

Estamos vivendo o fim de um ciclo social,

político e econômico no Brasil. Há necessidade de repensar o país. Repensar as cidades. Eu tive um convite da Frente Brasil Popular para participar desse esforço coordenando o GT de Cidades. Vamos dar alguns exemplos sobre o tipo de desafios que temos pela frente e fazer algumas sugestões para reinventar a política urbana. Parte desses temas nunca foram tratados pelo urbanismo modernista.

1. Sair do discurso e aplicar as leis. O judiciário deve se capacitar para aplicar o novo arcabouço legal conquistado após muita luta. A função social da propriedade está prevista na Constituição Brasileira, regulamentada no Estatuto da Cidade e aplicada por meio dos Planos Diretores. A propriedade privada não está acima do interesse público e social numa cidade! Ela não pode servir de obstáculos para a função social da cidade, para a preservação do meio ambiente. Nós precisamos sair do discurso, instituir a gestão Metropolitana ou integrada de aglomerados urbanos. Eu não sei se é o caso de Bauru. Há muitas cidades que os trabalhadores estão fora do município. Nós temos que dar prioridade ao transporte coletivo sobre o transporte individual em todos os níveis de governo. A moçada da periferia do Rio de Janeiro, como em toda metrópole brasileira, sofre o “exílio na periferia”, usando as palavras de Milton Santos. Por quê? Porque depois da meia-noite não tem mais ônibus e eles não conseguem sair daqueles bairros pobres.
2. Mobilidade e uso do solo. Temos que dialogar com o pessoal da engenharia de trans-

porte, mostrar para o pessoal da engenharia de transporte que mobilidade tem a ver com o uso e ocupação do solo, que numa cidade dispersa, como é Bauru, é impossível solucionar o problema da mobilidade saudável e sustentável. E essa dispersão tem a ver com a especulação rentista sobre o solo. Então, nós temos que convencer os engenheiros (que ainda não se convenceram), que é importante discutir o Urbanismo.

3. Mobilidade ativa - uso do solo e saúde. Evidentemente esse tema está incluído na relação entre mobilidade e uso do solo. Mas, é uma novidade na medida em que relaciona uso do solo, mobilidade e saúde. Trata-se da defesa do mix de uso, de certa densidade na ocupação do solo, que vai fazer com que as pessoas andem a pé para ir à padaria, para ir à escola, para ir ao chuveiro, à lavanderia. É o contrário do que o mercado imobiliário está promovendo, especialmente nas cidades de porte médio no Brasil, com a proliferação de loteamentos fechados convenientemente chamados de condomínios horizontais. A dispersão urbana, gente, é cara! Por quê? Porque com a densidade de ocupação do solo é preciso estender as redes de água, de esgoto, de pavimentação, drenagem, estender a rede de transportes... isso sai caro para toda a coletividade. Dentro desses loteamentos trabalham muitos trabalhadores domésticos, que têm dificuldade para chegar ao emprego. Eu constatei que em Presidente Prudente algumas donas de casa se cotizam

para contratar uma Van para buscar trabalhadores lá no 'Minha Casa, Minha Vida'. Em Ribeirão Preto é mais grave, pois é o poder público que sustenta um transporte especial para que esses trabalhadores cheguem aos loteamentos fechados.

4. Segurança alimentar. Começamos, em São Paulo, um projeto importantíssimo de produção de alimentos orgânicos. Se São Paulo pode ter alimentos orgânicos, hortas orgânicas, qualquer cidade pode, não é? E está se revelando um sucesso. A agricultura urbana ajuda a combater a viagem dos alimentos. Isso é fundamental para ajudar na sustentabilidade do planeta. A produção de parte dos alimentos perecíveis pode ser feita nos arredores da cidade o que contribui para manter um cinturão verde em volta da cidade. A sustentabilidade ambiental exige também a disseminação de outro padrão de consumo, menos predatório, mais humano, mais coletivo, mais ético, mais solidário. A gente sabe que nessa época que vocês são estudantes, nas repúblicas, principalmente, as pessoas se orientam por um padrão muito sustentável, muito econômico, muito democrático, solidário. É muito importante levar isso para o resto da vida. É muito importante levar isso para toda a população urbana.
5. Combater o analfabetismo urbanístico. Neste momento estamos elaborando um Portal no projeto 'Brasil Cidades'. Pedimos a colaboração de alguns jovens e tivemos uma significativa resposta do Levante Po-

pular da Juventude, da UNE do Sindicato dos Arquitetos, do IAB. Todo mundo ajudando na tarefa de combater o analfabetismo urbanístico e a construção fictícia da cidade. Olhar para cidade real. Isso é tarefa nossa. Mostrar para os cidadãos o que é a cidade de fato. Disputar a narrativa sobre ela.

6. Fazer o balanço crítico da experiência recente. Um dos recursos metodológicos está em fazer o balanço crítico da experiência recente e entender a regressão histórica. Se nós tivemos Orçamento Participativo, se nós tínhamos um Plano Diretor Participativo, por que que isso desapareceu? Por que que perdemos esse espaço? Por que a gente não está conseguindo implementar lei federal de assistência técnica?
7. Extensão universitária. Residência em Arquitetura e Urbanismo. Nós, arquitetos e urbanistas temos que marcar um encontro com quem precisa de nós. Acho muito importante, na universidade, a extensão Universitária. A extensão é tão importante nesse momento, talvez até mais do que Ensino e Pesquisa. Ir ao encontro da realidade, fazer projetos para realidade, para realidade que está construída de forma predatória. Não sei se vocês conhecem a proposta de Residência em Arquitetura. Está se desenvolvendo muito bem em Salvador. As faculdades de medicina nos fornecem o modelo. A pessoa se gradua, passa um tempo trabalhando sobre uma questão concreta, de cunho social, acompanhada de tutor,

com auxílio de bolsa-residência (pode ser das prefeituras, da Fapesp, do governo do estado, de alguma ONG, de alguma empresa).

8. Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). Está sendo muito discutida em todo o Brasil. Ela teve início com o trabalho de jovens arquitetos elaborando projetos de moradia junto aos movimentos sociais e evoluiu para a Lei Federal nº 11.999, de 2008. Sua aplicação pode mudar o futuro da arquitetura, dos arquitetos e das cidades do Brasil.

Essas e outras propostas podem inspirar a construção de Um projeto para as cidades do Brasil. Acho que eu falei demais e gostaria muito de ouvir vocês agora. Muito Obrigada.

**Adalberto:**

Obrigado, Professora. Eu abro o microfone para as perguntas. Cada um pode vir aqui se identificar e...

Pessoa 1:

Professora, obrigado pela aula. Antes também, queria dizer: bem vindos calouros. Que, que início, né, “velho”? “Um tapa na cara”. Professora, a gente tem uma situação aqui na Unesp. A relação da Unesp com Bauru foi discutida no passado por alguns estudantes, durante a greve principalmente, que a gente tem mais tempo para discutir determinadas coisas importantes e o impacto dos estudantes e da Unesp. A gente tem noção do que é o impacto imobiliário. É negativo, é de acordo com essas coisas que... com essa segregação que é causada na cidade. Porque a gente aumenta o preço do metro quadrado, as imobiliárias exploram a gente e então fica uma situação constrangedora, porque traz um impacto negativo para a cidade e o que a gente vê de retorno da

Universidade para cidade de Bauru é pouco. Como a gente sabe, em todas as Universidades Públicas a extensão, como você falou, está bem defasada, decadente. Então eu queria que você falasse um pouco mais dessa parte que diz respeito diretamente a nossa situação de estudante, que vem aqui e vê essas coisas, vê essa situação. E, por um processo geral de alienação, não tem relação com essa situação verdadeira da cidade e também o interesse acaba ficando também fragilizado, né? Com relação a essas coisas. Então, o horizonte de muitos estudantes com quem eu convivo é seguir uma carreira autônoma, seguir para um escritório, sair daqui e ir fazer um estágio no escritório que, provavelmente, vai “estar fazendo” arquitetura que vai encarecer mais a cidade, para pessoas ricas. E eu queria que você falasse como a gente pode, desde o começo, e também não só para os estudantes, até para os professores e para as pessoas do departamento que estão compondo aqui a nossa conversa, de como a gente pode como curso começar a engajar mais os estudantes nessa realidade, e já que ela é tão importante, inclusive através de matérias. Por exemplo, será que a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social não pode ser incluída nas matérias, como atividades curriculares? Não sei se é uma viagem da minha parte, mas me parece uma ótima ideia. É difícil. Precisa de força de vontade, de movimentação. Então se você, com essa também, com conhecimentos sobre o funcionamento da Universidade poder falar um pouco para a gente sobre como a gente poderia se inclinar um pouco mais para isso a partir do currículo, a partir das atividades da faculdade, seria ótimo para a gente, também se situar.

Ermínia Maricato:

Alguém mais quer falar sobre isso?

Vejam bem. A última coisa que eu quero é “dar um tapa na cara” de vocês, por favor. Talvez eu tenha sido muito radical. Coisa de senhora idosa que viveu muita coisa... Veja! Cada um, individualmente, pode mudar um pouco o mundo. Nós estamos sendo manipulados o tempo todo com um ideário que maximiza a importância do indivíduo: você vai construir o seu futuro sendo empresário de si mesmo. Você vai fazer sucesso. Muita gente acha que Deus vai resolver tudo. Basta ter fé. Claro que não podemos eliminar a esfera do mundo individual. Eu me lembro, quando eu estava numa fase da minha vida que eu lia muitas biografias e me deparei com a biografia do Jung, discípulo do Freud. Logo nas primeiras páginas Jung dizia qualquer coisa como “a história da minha vida é a história do meu mundo interior”. Eu não lembro qual era exatamente a frase. Levei um susto. Eu me via somente como um ser social. Estava convicta das palavras de Marx: não é você ou sua consciência que define seu lugar no mundo. É o seu lugar na sociedade que vai definir você e sua consciência. É óbvio que você é forjado pela sua condição social, mas não vamos ser radicais a ponto de esquecer que você tem problemas individuais e você tem características individuais ou familiares que incidem na sua consciência. Você tem uma genética, você tem uma herança genética, não é? Quantas vezes a gente fala: “Ah esse aqui é bem o avô mesmo, né?” Então, se eu pareci extremamente radical eu quero afastar isso. Não deixar de valorizar

o indivíduo, mas não vamos ser ingênuos. Como é que a gente pode atuar na cidade? Como coletivo de estudantes, como coletivo de profissionais, sindicato, IAB, vocês podem formar coletivos, ONGs. Então, a gente se une, a gente faz análises de conjuntura, faz análises da cidade e procura atuar. E é como coletivo que nós temos força para fazer uma intervenção pública e política. E olha, e que força a Faculdade de Arquitetura tem se ela quiser escrever algumas teses sobre a cidade. Olha, não é mais... não é interessante que a cidade continua crescendo para esse lado por causa disso, disso, disso. Quer dizer, existem opiniões que vocês podem formar, mas, por favor, envolvendo-se com a realidade. Não apenas aqui dentro do “Castelo”. E participar do debate na cidade. E eu tenho certeza absoluta que os seus professores são absolutamente competentes para isso.



Não se trata de buscar um salvador da Pátria. Trata-se da gente construir juntos e respeitar a diversidade. É fundamental respeitar a diferença de opiniões. Há questões que nos unem, vamos tentar descobri-las. Porque, às vezes, os setores progressistas e de esquerda, eles ficam valorizando muito mais a

divergência do que a unidade. Isso é um vício, que é perigoso.

Bom, como é que a gente começa uma colaboração de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social? Eu tenho certeza de que quem tá dirigindo essa cidade, os gestores, o prefeito, a câmara municipal, os secretários municipais, o Ministério Público, todos eles têm muitos problemas que não conseguem resolver e que a gente poderia ajudar.

Outra coisa. Capital imobiliário tem interesses. Ninguém pode ser ingênuo, mas são as empresas que constroem as obras públicas. Então, nós precisamos das empresas. Agora nós queremos dizer o que é melhor para a cidade e como o dinheiro público deve ser aplicado, dizer o que vai ser construído, junto com os moradores. Para isso a gente precisa se envolver nos projetos da cidade. Vai retirar uma favela? Vai retirar uma população que ocupou irregularmente algum lugar? Estamos juntos. Para onde vai levar, se vai retirar? Nós queremos fazer um bom projeto, a prefeitura indica um terreno. Nós vamos fazer isso como exercício didático. Pode sair até grátis para prefeitura. É a nossa contribuição. Ou pode custar uma bolsa de estudo para alguns graduandos e pós-graduandos. Está soando como impossível o que eu estou falando? Ai que bom! É por a mão na massa, mesmo. Aí vocês falam: “Mas a gente vai se envolver. Político é tudo corrupto.”. Primeiro lugar: não é verdade que político é tudo corrupto. Precisamos tomar cuidado, pois podemos jogar a água do banho com a criança. Então nós temos que mudar esse país e vamos começar mudando, trabalhando junto. Vocês

sabem, às vezes, eu acho que é um privilégio a gente ser arquiteto e urbanista, ou projetista, ou designer. Porque os filósofos, por exemplo, eu já discuti com muitos colegas filósofos, frequentemente não se envolvem com respostas. Nós somos formados para dar resposta. Fazer projetos. Não é legal isso? Claro que se for para projetar uma câmara de gás, por favor, vocês digam não. A gente tem escolhas. Não é qualquer coisa que nós vamos fazer. Eu saí do Ministério das Cidades em 2005 prometendo a mim mesma nunca mais ocupar cargo público. Por quê? Porque o meu negócio é fazer isso aqui. É esse encontro com vocês. É esse encontro com vocês que me empodera, que me dá esperança de que existe a possibilidade de uma outra cidade, de um outro país, de uma outra Universidade. Talvez vocês não tenham a esperança que eu tenho, porque vocês não viveram o que eu vivi.



Quero ouvir mais gente, por favor. Não preciso só fazer pergunta, não. Pode falar, discordar. Se os colegas também quiserem falar.

Pessoa 2:

Ermínia, eu ia fazer uma pergunta, mas em função da pergunta do aluno eu mudei. Eu acho que fica algo no ar e meio sem resposta, da questão apresentada. Ele tem uma angústia que é importante. O modelo de ensino nosso acaba formatando os cursos de Arquitetura e Urbanismo. Você sabe, como é que é isso? Você veio de uma.... aqui no caso de Bauru é uma escala bem diferente da USP São Paulo, a gente se adapta muito próximo à solução de um currículo mínimo. Mas acho que o aluno apresenta uma questão importante: dentro do conjunto de disciplinas que são básicas, necessárias, do primeiro até a formação, existe um certo distanciamento do mundo real lá fora.

Ermínia Maricato:

Existe.

Pessoa 2:

Existe um certo distanciamento da cidade. E aí, acho que não respondendo a pergunta dele, mas talvez oferecendo uma experiência de como que vocês enfrentaram essa situação. Que eu acho que não deve ser diferente na FAU USP, num contexto muito mais complexo que o nosso, de um conjunto de professores muito maiores, alunos muito maiores. Então eu quero engatar a preocupação dele e pedir que você contribua um pouco nessa direção. Quer dizer como aproximar a Universidade, o curso, ou os cursos, desse mundo real e ilegal que caminha meio

que paralelo aí?

Ermínia Maricato:

Existe muita diversidade de opinião, orientação e método dentro de qualquer Faculdade de Arquitetura. Acho saudável que existam diferentes propostas em torno das quais os grupos se organizem. É muito melhor do que sermos um amontoado de indivíduos. Em 1997 eu criei o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, e nós temos nesse laboratório, um grupo de professores afinados com o que estou expondo aqui. Um deles virá fazer uma palestra para vocês amanhã, que é o João Whittaker. Logo no início da existência do LABHAB, nós fomos procurados pelo Ministério Público que estava envolvido com processo de despejo de moradores de loteamentos clandestinos, semelhante a alguns desses que eu mostrei a vocês. Felizmente, esses promotores estavam sensibilizados com a população que já tinha construído as casas e não tinha para onde ir. Então o que fazer? Nós fizemos um primeiro convênio com o Ministério Público de São Paulo sobre um caso real de ocupação, de uma gleba situada na Área de Proteção dos Mananciais na RMSP. Desenvolvemos uma metodologia de intervenção com projeto urbanístico cujo objetivo era manter os moradores e garantir a preservação da água da represa. Foi uma experiência que ensinou muito a eles e ensinou muito a nós. Eles vinham da área do Direito, nós vínhamos da área de Urbanismo e nós debatemos as soluções com a população. Nunca mais vou esquecer o quanto eu aprendi. O ensino do direito está ainda mais afastado

da realidade urbana do que o ensino de arquitetura. Esse foi o primeiro, depois tivemos sucessivos convênios incluindo alguns com movimentos de moradia, por exemplo. Mas mesmo na disciplina regular de projeto de arquitetura, no ateliê, você pode focar em projetos que interessa a toda a cidade. Pode convidar lideranças sociais para falar na universidade.



Nós conseguimos superar a fragmentação das disciplinas escolares, com o LABHAB incorporando professores do Departamento de Tecnologia. Foi o caso do professor Caio Santo Amore que é integrante de uma ONG que presta assistência técnica à habitação de Interesse social. Fizemos integração departamental e trabalho interdisciplinar a partir de casos concretos.

Outra forma de encontro com o mundo real está na experiência de Residência em Arquitetura e Urbanismo. Ela teve início, na FAU USP, com apoio

da Prefeitura de São Paulo. A prefeitura pagou bolsistas para desenvolver Planos Regionais no Município de São Paulo.



Atualmente o CAU destina 2% do seu orçamento para experiências de assistência técnica. Não sei se vocês sabiam disso. Podemos concorrer aos editais do CAU SP para desenvolver projetos de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social.

Você pode ainda oferecer um projeto a uma comunidade que necessita dele para evitar um despejo, para melhorar as condições de moradia ou saneamento. Esse projeto empodera a comunidade para lutar por um futuro melhor.

Eu respondi sua pergunta? Você quer dialogar?

Elaborar projetos com participação social não é simples. Eu me lembro na minha época de secretária municipal em São Paulo. A prefeitura desapropriou terrenos para a produção de moradias. Em certa ocasião fomos debater o projeto com os futuros moradores e todos queriam casas individuais em lo-

tes. Nós chegamos à conclusão de que a única forma de abrigar a todos seria a construção de edifícios de apartamentos. Fomos para uma assembleia que tinha representantes de 400 famílias e mostramos dois desenhos: “Se todo mundo quiser casa individual no lote, esse terreno é suficiente para 100 famílias. Quais famílias vão para as casas? É o que a gente faz com as outras 300?” Conseguimos mostrar que era necessário adensar a ocupação. Depois de muito debate conseguimos consenso. Portanto, não se trata de um processo simples. A hora que você entra nessas parcerias, aparece tudo quanto é tipo de dificuldade. Aparece gente querendo dominar. Aparece gente querendo levar vantagem. É o mundo real, pessoal. Mas é preciso inserção no mundo real para fazer uma arquitetura que seja democrática, igualitária, de boa qualidade. Como todo ser humano merece: com boa ventilação, boa insolação.

É muito mais fácil ficar fazendo exercício no atelier.

Adalberto:

Agora eu vou querer, também...

Ermínia Maricato:

Por favor.

Adalberto:

O Ministério da Cidade trouxe uma demanda de planos para cidades com mais de 20 mil habi-

tants e para estâncias turísticas. Entretanto, o material do Ministério, quase sempre, está muito ligado às metrópoles. Nós do interior, agora começamos a desenvolver uma investigação sobre cidades pequenas e médias. E, no caso específico, os parâmetros do Ministério mostram-se folgados para essa escala de cidades. Às vezes você vai numa reunião, numa primeira audiência pública com os vereadores que foram recém-eleitos e a maioria vira e diz: mas nós não sabemos o que é Plano Diretor. Quando eu fui pedir votos, eles queriam leite e o que interfere Plano Diretor na vida dessas pessoas. E, de certa forma, nós fomos adaptando algumas situações no qual o Plano Diretor, antes de ser participativo, ele começa assumir um caráter pedagógico: com pequenos cursos para dizer o que é Estatuto da Cidade, para dizer o que é Plano Diretor e às vezes fechado para as câmaras que, de certa forma, a gente coloca como Extensão, dando até certificado. É uma experiência rica. Muito rica, mas que sempre me deu vontade de dialogar com as pessoas, e como a senhora foi uma do Ministério da Cidade, de como nós temos que



revisar, também, toda a política a partir das pequenas cidades. E eu estou falando isso porque nós estamos no Estado de São Paulo, com uma realidade extremamente privilegiada, onde as prefeituras não possuem mapas, não tem levantamentos, e o próprio Plano Diretor se incumbem de fazer esse tipo de trabalho.

Ermínia Maricato:

Olha que oportunidade rica que vocês estão tendo, não é? Eu acho viu Adalberto, que a gente errou muito no Ministério com a campanha dos Planos Diretores Participativos e com a capacitação, com as lideranças. Porque nós pegamos lideranças sociais, pusemos na cadeira e ficamos falando do Estatuto da Cidade. Ao invés de focar na realidade e nos problemas que eles conhecem bem a gente tentou transformar as lideranças em urbanistas. Nós temos que olhar para a realidade e falar: quais são os problemas dessa cidade? Claro, parte deles, podem ser conhecidos a partir da experiência empírica, individual, mas isso não é suficiente. Nós temos métodos, ferramentas, indicadores e instrumento para levantá-los. Nós temos que fornecer instrumentos de conhecimento da realidade e instrumentos técnicos e científicos. Que é diferente do senso comum. O senso comum pode ser pernicioso... Uma vez eu entrei em polêmica com o prefeito de uma cidade de porte médio, aqui do Estado de São Paulo, porque ele dizia que não tinha favela no município dele porque o IBGE não registrava o fato. Eu falei: “mas o senhor está negando a realidade física. Anda pelo município que o senhor vai ver que tem favela, embora o IBGE

não tenha contabilizado”. Embora o IBGE seja altamente confiável os registros sobre o espaço urbano não são rigorosos.

Vocês estão com uma oportunidade rara de criar um método de Planejamento para Cidades Pequenas. De fato, o Ministério se concentrou nas regiões metropolitanas, porque perto de 30% da população urbana nacional mora em 12 metrópoles brasileiras que apresentam os piores indicadores sociais. A partir de 1980 as cidades de porte médio começam a crescer mais do que as metrópoles, como eu disse aqui. Mas você tá trazendo uma outra realidade que é muito importante. Se não houver o plano preventivo, as cidades pequenas terão os mesmos problemas das cidades grandes amanhã. Aliás, a doença da dispersão urbana, da falta de controle sobre o processo de urbanização, é o pior sintoma do que está acontecendo. Essa orientação está presente no país todo, mas no Estado de São Paulo é excepcional. Vamos tomar, por exemplo, o caso de Joanópolis: não há, ou pelo menos não havia quando eu lá estive, zona rural na legislação municipal. “Caminhei entre vacas num pasto e perguntei qual é o zoneamento aqui?” “É zona de expansão urbana”. Com uma simples decisão, a Câmara Municipal acaba com a zona rural no papel, seguindo interesses da prefeitura (que quer aumentar a arrecadação) ou dos proprietários de terra (que querem aumentar o preço da terra). Aquilo que era vendido em alqueire vai ser vendido em metro quadrado.

Pode ser uma marca da faculdade de vocês planejarem cidades pequenas. É importante ir até lá

dar cursos sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor. Mas, você mesmo já percebeu... tudo isso foi pensado para Metrópole. Então cabe a vocês desenvolver um método: que tal fazer maquetes, discutir com a população e começar a trabalhar o levantamento. Conversar com os professores do ensino médio e fundamental pode ser muito eficaz. Fazer exercícios sobre a história da cidade com os personagens históricos, ou sobre a condição natural do sítio sobre o qual ela se desenvolveu. O ensino de geografia poderia ser mais efetivo.



Eu tenho certeza que vocês vão fazer uma experiência interessante com essa coisa de Plano para Cidades Pequenas. Registrem todos os passos. Registrem em vídeo, em livro para ajudar a vencer a tradição de falta de memória no Brasil.

Há um detalhe que precisa ser pensado em relação a Planos Diretores: como garantir sua eficácia, sua aplicação? Escrevi a respeito disso no meu livro “Brasil Cidades: alternativas para a crise urbana”,

de 2001. Eu preferiria chamar de Plano de Ação ao invés de Plano Diretor. Porque Plano Diretor é lei, é discurso como apontou o professor Villaça. O investimento público orienta mais o crescimento das cidades do que o Plano Diretor. O Plano de Ação deve orientar o investimento público. Você vai lá amarrar o investimento, Adalberto. Precisa amarrar o investimento no planejamento. Não adianta nada você fazer um Plano Diretor perfeito, em consonância com as necessidades sociais, a sustentabilidade ambiental e o prefeito ou Câmara Municipal toma a decisão de abrir uma avenida na contramão do crescimento sustentável da cidade para atender à demanda um grupo de proprietários de terra, como eu vi acontecer em muitas cidades do interior ou da capital de São Paulo.

Então o Plano de Ação deveria regular o investimento público. Orientar. Ele tem que orientar as ações. “Nós vamos fazer uma ação educativa junto ao pessoal que está ocupando beira do rio, que é área de APP, para evitar o descarte de lixo, esgoto no leito do rio, pois isso acaba com a vida fluvial. Ação, sabe?

Perfeito. Não dá para trabalhar com uma proposta que ninguém sabe exatamente o que é. O que é Plano Diretor? Você vai lá, vamos fazer um Plano de Ação para essa cidade? Ele vai envolver um Plano Diretor.

Pessoa 2:

O que eu vou dizer é algo a ser conferido. Mas acho que é um dado. Esse 25% que você colocou de

ilegalidade, talvez aconteça em todas as cidades. Inclusive médias e pequenas. É que, como a proporção é outra, é mais fácil cuidar. Dissolve por capilaridades, pequenos cortiços, e isso vai se dissolvendo pelo tecido da cidade. Mas, muito provavelmente, se não for esse mesmo índice, vai ser um índice próximo disso daí.



Ermínia Maricato:

Pois é. Agora que você falou isso eu fiquei pensando numa pequena cidade onde o mercado imobiliário não é significativo, mas a pequena agricultura é. Se é, eu acho fundamental estudar a condição de vida, a condição de saneamento, dos agricultores, a condição de comercialização dos alimentos, não é? Fiz críticas à política urbana do lulismo (usando um conceito do André Singer aqui), mas uma política pública virtuosa do lulismo que ajudou na política urbana foi o PAA Por quê? Porque nas nossas cidades, com a valorização imobiliária, você vai expulsando o pequeno camponês da periferia da

cidade. Os arredores das cidades adquirem a função de aguardar a valorização imobiliária. A compra garantida dos alimentos, pelo governo, para a merenda escolar, para os hospitais, dá outra condição de sustentação para o agricultor. Ele consegue permanecer nos arredores da cidade.

Se o que ele produz é agricultura orgânica o meio ambiente e a saúde agradecem.

Vagner:

Boa tarde, meu nome é Vagner Domingos, sou formado aqui também, há um tempo atrás, quase 25 anos ou mais de 25 anos. Professora, eu trabalhei na coordenação dos seminários de Plano Diretor em 2005, vinculado ao Ministério no qual você fazia parte, só que a gente tinha um contato maior com a Raquel. E nós disseminamos o seminário de sensibilização e as oficinas de capacitação. E eu gostaria de parabenizá-los pela criação desse modelo, porque hoje as cidades pequenas que o Adalberto citou vão ser cidades muito melhores no futuro. Enquanto pequenas elas conseguem se planejar e decidir o que pode e o que não pode ser feito. E na cidade de Bauru que há mais de 25 anos atrás tinha um problema grande de macrodrenagem, de ocupação totalmente dispersa, ela está pior ainda. E os governos que a gente teve aqui não ajudaram muito. É difícil falar um pouco, eu não quero fazer crítica, mas é complexa a nossa cidade. A demanda que o... esqueci seu nome. Rafael falou da dinâmica da cidade ser uma cidade universitária, hoje a gente tem (se não me engano) 10 ou 12 universidades aqui. Há 25 anos atrás tínhamos

três ou quatro só. Eu sou de Bauru, trabalhei muito nessa disseminação dos Planos Diretores, na qual aqui foi feita uma revisão do plano que foi aprovado e que não foi implantado, às vezes, complementares até hoje. Então, há pouca vontade de se implantar o que precisa ser feito do que realmente é montado. Mas nos municípios menores vai fazer uma enorme diferença. Então, como o foco eram as regiões metropolitanas, porque é complicado mesmo, é muito complexa essa questão, em nível de Brasil inteiro, então a cultura do Planejamento nas cidades menores, elas vão ser disseminadas de gerações em gerações. Porque as pessoas, desde a escolaridade, vão construir isso e isso é graças ao que vocês fizeram com a criação do Ministério das Cidades. Com a criação do Estatuto da Cidade, com as discussões, que foram feitas tudo lá atrás, com a qual eu participei também. Fui (???) até agora, resolvi sair. Mas as nossas entidades também criam um... tem grandes problemas com relação às gestões. Então, primeiro eu gostaria de parabenizá-la, parabenizar a Unesp aqui por todo esse evento que tá sendo feito. O convite fica extensivo sempre, né Ermínia. E eu gostaria de enfatizar ou de fazer uma pergunta mais pontual. Que a nossa cidade tem uma particularidade física que é um entroncamento rodoferroviário. E nós temos muitas áreas da União que estão degradadas, que não vão ser mais ocupadas, que se você mapear, se você pegar um mapa: tem muitas áreas que não vão ser aproveitadas e que não devem. Como elas tão mais nas áreas de várzea (não que são muito) que tem problemas na macrodrenagem e é onde são os pontos alagados, a maioria deles. Como que a gente pode ocupar essas

áreas ou dar uma ocupação definitiva, principalmente na área central da cidade para resolver o problema habitacional também. Não resolver, mas como que podem ser ocupadas as áreas da União e de que forma a universidade precisa estar vinculada, já foi perguntado, mas eu dou uma ênfase maior: de que forma a universidade pode se inserir nesse contexto junto com o legislativo e o executivo? Obrigado.



Ermínia Maricato:

Primeiro quero agradecer porque você é um otimista em relação aos planos para cidades menores como forma de criar uma consciência. Vocês podem ir às escolas, conversar com os estudantes, projetar imagens mapas, debater a cidade, o sítio, a região. É uma prática pedagógica de combate ao analfabetismo urbanístico, né? Agora, não sei se vocês sabiam que existe uma Medida Provisória tratando das terras da União. A Medida Provisória nº 759. Seria mais in-

teressante que essa matéria pudesse ser discutida com toda a sociedade antes do Presidente Temer enviar para o Congresso sob a forma de MP. O Patrimônio da União interessa a toda coletividade e nós temos uma tradição de privatização dessas terras no Brasil.

Não conheço o caso de Bauru e, portanto, não posso emitir opinião. Mas é fundamental dar um destino a essas terras ainda que seja apenas para ninguém ocupar. Para preservar. Você levantou um aspecto importante. Vejam como é importante conhecer a realidade. A realidade pede uma solução.

Pessoa 3:

Boa tarde, eu não sou arquiteto, eu sou ambientalista e estou aqui a convite do Professor Adalberto. E eu agradeço muito à senhora por tudo o que eu aprendi hoje. Portanto, bom, minha pergunta é mais ligada ao meio ambiente. Porém, eu acho que o meio ambiente participa da crise urbana também. Então, aqui em Bauru, estamos atualmente com um processo de alteração da Lei Municipal do Plano Diretor, com vista ao uso do solo em Áreas de Preservação Ambiental. Então, na realidade se trata da expansão do perímetro urbano do município. Em Bauru temos um remanescente expressivo do bioma Cerrado e justamente essa adequação da legislação põe em risco esses remanescentes. Então, nossa preocupação é que curiosamente o Cerrado, meio ambiente de modo geral, mas o Cerrado aqui é visto por certo setores empresariais como um impedimento, um entrave ao desenvolvimento, ao invés de ser considerado como um Patrimônio. Então, por

exemplo, apesar de no Estado de São Paulo ter uma Lei do Cerrado, a Lei nº 13.550 o secretário estadual esteve aqui em Bauru e propôs um Plano Piloto de flexibilização da Lei do Cerrado para Bauru. Então isso levantou realmente, não só uma suspeita, mas uma preocupação. Sabemos hoje que a preservação ambiental é imprescindível tanto para nós como para as futuras gerações e achamos um absurdo ouvir esse tipo de comentário. Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre essa pressão da especulação imobiliária sobre o meio ambiente, mais especificamente, e como a Arquitetura e Urbanismo podem influenciar para um novo paradigma de desenvolvimento que preserve o meio ambiente e transforme esse meio ambiente em Patrimônio, em riqueza, ao invés do paradigma de predatório que é vigente agora. Obrigado.



Ermínia Maricato:

Nossa luta pela Constituição de 88 e pelo Estatuto da Cidade visava conter a especulação com terras vazias e ociosas. A proposta que orientou essa

ideia foi a seguinte: antes de expandir o limite da cidade é preciso ocupar os vazios existentes, em especial, as terras servidas de infraestrutura. É comum, nos municípios brasileiros, a Câmara Municipal ampliar os limites da expansão urbana antes de promover a ocupação de muitas terras vazias servidas de asfalto, água, esgoto, transporte, etc. Isso é uma irracionalidade, do ponto de vista dos seus custos, para o interesse público e social. É uma irracionalidade também para com o meio ambiente que é o que você aponta. A localização das moradias do 'Minha Casa, Minha Vida' fez muito isso, jogar a população para a periferia da cidade, incentivar a ocupação de áreas virgens, que deveriam permanecer desocupadas e deixar terrenos vazios, ociosos engordando, valorizando, cercados de infraestrutura dentro da cidade. Isso é trair a vocação ambiental do território.

Por que esses "erros", essas irracionalidades que obedecem aos interesses de grupos acontecem? Por causa do silêncio, por causa da falta de luz e visibilidade, por causa da falta de democracia e informação e debate. Então, eu acho que vocês precisam chegar nos vereadores, na população, nos jornais, nas rádios, nas redes. Tem uma população universitária forte, vocês tem um interlocutor privilegiado na cidade.

Adalberto:

Uma questão prática. Nós estamos na semana de recepção dos calouros. Então esse evento ele tem que acabar às 6h30min. A professora estará autografando seus livros.

Pessoa 4:



Professora, vou contar um pouquinho, então, da história, da nossa experiência aqui da faculdade com a cidade de Bauru, para daí então eu fazer a pergunta. Nós temos aqui um núcleo de pesquisa que trabalha com Habitação de Interesse Social. Nesse núcleo de pesquisa nós trabalhamos, sim, com comunidade carente. Não desenvolvemos nosso trabalho dentro de disciplina, mas trabalhamos dentro do grupo de pesquisa, com alunos de graduação. Temos aqui alunos que trabalharam e alunos que acabaram de sair. Então nós tivemos a experiência de trabalhar com Assistência Técnica aqui, né? Foi muito bom, mas isso só aconteceu porque uma ONG de Santos, a Ambienta, do Rafael Ambrósio, nosso ex-aluno, ganhou a licitação feita pela prefeitura daqui. No momento que a prefeitura daqui teve interesse em fazer, né? Então quando teve o interesse da prefeitura, a ONG Ambienta ganhou a licitação, o Rafael imediatamente quis fazer a parceria com o nosso gru-

po de pesquisa. E aí nos envolvemos alunos de graduação de arquitetura e de engenharia civil, o que é fantástico, colocar aluno de arquitetura e engenharia trabalhando juntos, em parceria, né? E mostrar como que é essa vivência prática no futuro, na carreira deles. Fizemos a regularização de três bairros. Então tivemos nesse momento o apoio da prefeitura, porque foram as assistentes sociais da prefeitura que fizeram o cadastramento das famílias, as reuniões com todas as famílias em três bairros diferentes eram agendadas pela prefeitura. Tendo o Rafael apresentando o que era o trabalho, tendo os técnicos da prefeitura apresentando que era o trabalho. Uma das líderes desse projeto é uma professora daqui, professora Marilena (???), que trabalhava na prefeitura, então bastante envolvida também, em trabalhar com as comunidades carentes. E assim, a gente se deparou com vários problemas. O primeiro foi explicar para comunidade o que era assistência técnica, deixar claro para eles o que significava a regularização da casa, que era o direito né, deles terem a escritura, a posse da casa. O terreno era deles. Contrato de gaveta, mas tinham pago né? Mas eles não tinham... a casa era irregular, a casa era clandestina. Então, dentro dessa explicação, surgiam várias perguntas dentro dessas reuniões. Uma delas era: o governo federal, então, vai dar dinheiro para eu construir, para eu reformar, para ampliar minha casa? Não, a gente está dando para vocês, o governo federal está dando dinheiro: o pagamento do arquiteto. Que era também um outro e ex-aluno nosso, Márcio Cortopassi, que vai assumir toda a responsabilidade, assinar todos os projetos, todos os desenhos que vão ser desenvolvidos pelos alunos e vocês vão ter

de graça a escritura da casa. Então teve todo um trabalho para poder explicar o que significava isso. Foi fantástico para o aluno de graduação, que vivenciou uma realidade bastante distante do dia a dia deles, algo diferenciado do que eles veem, realmente, em disciplina, né? E se deparar com problemas dos mais diversos. A realidade de cada uma daquelas famílias e aí, nesse momento, a gente podia, na hora de fazer a regularização da casa, fazer projetos para reforma, para ampliação. Um dos exemplos foi, vários de nós fizemos, mas um dos mais significativos foi da família que tinha a cadeirante, fazer adaptado para Lei de Acessibilidade e tudo mais. Então é uma situação pontual na cidade de Bauru e aí complementa o que o Vagner acabou de falar, né? Durante todos os anos desse grupo de pesquisa, é um grupo de pesquisa que foi montado em 2001 e desde 2002 nós trabalhamos fazendo projetos de extensão. E o projeto está pronto. A gente tenta... a gente entrega para comunidade. Muitas vezes a gente trabalha com a comunidade à margem da prefeitura, porque todas às vezes que nós tentamos parcerias com a prefeitura não tivemos apoio, né? Nem quando a gente dizia: Olha, a ampliação de casa de conjunto habitacional, isso acarreta no aumento do IPTU deles depois. Isenta eles da taxa para aprovar a casa agora para,, né? Não conseguimos. Nunca conseguimos.

Então essa foi uma dificuldade muito grande, mas a pergunta que eu vou fazer é em cima de um outro relato. Nós estávamos trabalhando... Eu participava do Conselho Municipal de Habitação, sabíamos que a cidade naquele momento contava com 22 favelas, uma cidade de médio porte ter 22 favelas?

Claro que algumas são muito pequenas 40, 40 barracos. A maior delas não chega a dois mil barracos, mas ainda assim é muito significativo para uma cidade como Bauru. E aí foi feito todo um levantamento da prefeitura: quais seriam removidas, porque o solo daqui é arenoso e tudo mais, seria justamente as que estão em área de risco, e quais seriam mantidas. Uma delas que seria removida por estar em área de risco, mais uma vez tinha dinheiro do governo federal para remover aquelas famílias, mas quem iria executar a obra era o CDHU. Foi um momento que nós entramos para dizer: Então os alunos da universidade vão desenvolver o projeto das casas. Desenvolvemos. Novamente em parceria, alunos de arquitetura e alunos de engenharia. Fizemos quantificação de materiais, orçamento final da obra, avaliamos três materiais diferentes para composição de parede, para cobertura e provamos que com uma diferença de dois mil, três, quatro mil reais, no máximo, nós entregaríamos uma casa maior em metragem quadrada e com materiais melhores para oferecer conforto térmico. O que foi que barrou a gente, a CDHU? A CDHU disse a fala do engenheiro. Bom, esse projeto é muito bom, mas



queremos várias plantas, a gente queria a diversidade, não queria o carimbo igual para todos. Eram só cem casas. E aí ele disse: esse projeto é muito bom, esse projeto aqui é para mim. Para ele. Quer dizer, o pobre não merece aquele projeto, né? Por fim ele barrou, nós não conseguimos apresentar, ir além com aquele projeto. A pergunta é: como a gente pode romper isso? Como a gente pode mudar? Bom, a questão política já foi bastante abordada aqui, mas como a gente pode romper isso quando quem financia, no caso a CDHU, ou quem projeta, seja CDHU seja 'Minha Casa, Minha Vida', como a gente consegue mudar isso? Como a gente consegue colocar a universidade participando da elaboração desses projetos? Mudar essa forma que está colocada desde o período BNH e os projetos são os mesmos e continuam sendo feitos na periferia da cidade? Como a gente consegue a participação efetiva? Quer dizer, na verdade fazer a universidade ser ouvida, né? Porque capacidade, talento, a gente tem aqui desde o aluno de graduação. É impressionante a qualidade do trabalho que eles fazem. Mas como a gente consegue aplicar isso?

Ermínia Maricato:

Vocês me deixaram falar tanta coisa que vocês tão cansado de saber! Esse trabalho é muito importante.

Há épocas da vida em que a gente é derrotado mesmo. Se fosse fácil, né? Eu criei o Ministério das Cidades, você imagina o que eu senti ao ver muitas das coisas que aconteceu. Perceber que a esfera participativa, Conferência Municipal, Estadual, Fe-



deral e Conselho das Cidades, nada disso garantiu um rumo justo e sustentável para as cidades. Realmente eu não tenho resposta para sua questão. Eu acho que a resposta tem de vir de todos nós. Que fazer quando um sujeito que ocupa um cargo público dá a entender que aquilo é “muita coisa” para pobre? Como vamos reagir a isso? Quando eu vi os conjuntos habitacionais do ‘Minha Casa, Minha Vida’, aquela arquitetura sofrível, fora da cidade, me perguntei o que aconteceu com nossas experiências tão exitosas de ATHIS? Com o PMCMV voltamos para os modelos da década de 70, sob o BNH. A única coisa que eu posso falar diante disso é persista. Não esmoreça. Porque com certeza você já formou muita gente boa. Agora a gente não vai, infelizmente, ganhar sempre. Claro, no momento que a gente constituir uma outra onda de um ciclo virtuoso nós não podemos cometer o mesmo erro. Qual é o erro? Todos nós irmos para dentro do aparelho de estado. Isso foi um erro. Todo mundo vai para conselhos,

todo mundo vai para os cargos, para os mandatos, para o espaço institucional... Eu não acredito mais nisso. Em deixar o território. Mas queria dar os parabéns pelo trabalho. Agora você escreveu? Registrou?

Tá vendo? Tá vendo como é que a memória desaparece? Então essa memória tem que ser registrada. Pessoal, boa sorte não é para vocês, é para todos nós, tá? Tchau.

Adalberto:

Só uma coisa, lá fora há uma mesa com venda de livros e a professora vai ficar lá. Professora, muito obrigado, e nós estamos muito contentes com a sua presença aqui e que seja a primeira de várias outras, que mais tarde a gente vai conversar. Muito obrigado.





SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

PRINCIPAIS OBRAS

Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996. https://erminiamaricato.net/metropole_periferia_capitalismo_completo/

A cidade do pensamento único (em colaboração). Vozes: Petrópolis, 2000. 7.ed.

Brasil Cidades: Alternativas para a crise urbana. Vozes: Petrópolis, 2001. 7.ed.

O impasse da política urbana no Brasil. Vozes Petrópolis, 2011. 3. ed.

The future of global peripheral cities. In Angotti, Tom. Urban Latin America. New York/London: Roman & Littlefield, 2017.

O conteúdo da Primeira Aula - *Para entender a crise urbana no Projeto da Cidade Contemporânea*, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Ermínia Maricato encontra-se disponível no site da TV Unesp: <http://www.tv.unesp.br/video/RuUtr6Q_mc>. A revisão do texto é responsabilidade do palestrante.